

Aos seis dias do mês de Abril do ano dois mil e cinco, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia, e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista. O Vereador João Miguel Amaro Marques esteve ausente da presente reunião por estar a representar a Câmara fora do País, falta que foi considerada justificada.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

#### Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

#### **1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

##### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E REQUERIMENTOS**

##### **B) PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**

#### **2. OBRAS E SANEAMENTO**

##### **A) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

##### **B) EMPREITADA DE “ CONCEPÇÃO / CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA COURELA DA PEDREIRA EM MONTEMOR-O-NOVO” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

##### **C) EMPREITADA DE “ AMPLIAÇÃO DA CANTINA DA ESCOLA PRIMÁRIA DE FOROS DE VALE FIGUEIRA” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

##### **D) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA RUA DO BAIRRO POPULAR E MANUEL DO MOINHO, EM CORTIÇADAS DE LAVRE**

##### **E) EMPREITADA DE “ PAVIMENTAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS- ESCOURAL”**

##### **F) EMPREITADA DE “ARRANJOS EXTERIORES DA COURELA DA PEDREIRA – 1ª FASE”**

##### **G) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DA RUA 1º DE MAIO EM CORTIÇADAS E LAVRE”**

##### **H) EMPREITADA DE “PROJECTO DE VALORIZAÇÃO URBANA DA RUA DE AVIZ – EN2 E DA EN 114”**

##### **I) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DA PINTADA”**

##### **J) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS”**

##### **L) EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE INFRA – ESTRUTURAS NA ESTRADA MUNICIPAL 535 EM SÃO CRISTOVÃO / ARRANJOS EXTERIORES DO LARGO DA ENTRADA DE SÃO CRISTOVÃO.**

#### **3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

##### **A) CONTABILIDADE**

##### **B) SUBSTITUIÇÃO DE LICENÇAS DE TAXI**

##### **C) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS / SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO / DIREITO DE PREFERÊNCIA**

#### **4. SÓCIO – CULTURAL**

- A) ASSINATURA DE CONTRATO DE PARCERIA À CANDIDATURA AO POC – ACÇÃO 3 DA MEDIDA 2.1.**
- B) SOCIEDADE ANTIGA FILARMÓNICA MONTEMORENSE “CARLISTA” – SUBSÍDIO PARA A ESCOLA DE MÚSICA**
- C) CASA DO POVO DE CABRELA – SUBSÍDIO PARA A ESCOLA DE MÚSICA**
- D) RELATÓRIO SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE CAROLINA MARIA LADEIRAS**
- E) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C.S. E PAROQUIAL DE S. CRISTOVÃO – 2º PERÍODO – ANO LECTIVO 2004/2005 – REFEIÇÕES ESCOLARES**
- F) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇADAS DE LAVRE – REFEITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**
- G) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FOROS DE VALE FIGUEIRA – REFEITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**
- H) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA NOSSA SENHORA DA VILA – REFEITÓRIO ESCOLAR DE S. MATEUS – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**
- I) TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LECTIVO - 2004/2005 – PROTOCOLO DE CIRCUITO ESPECIAL**
- J) REFEIÇÕES ESCOLARES – CASA BRANCA – ANO LECTIVO 2004/2005 2º PERÍODO– ASSOCIAÇÃO “TERRAS DENTRO”**
- K) TRANSFERÊNCIA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LECTIVO 2004/05 – 2º PERÍODO**
- L) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VILA – REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTA SOFIA – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**
- M) REFEIÇÕES ESCOLARES – ESCOURAL – ANO LECTIVO 2004/2005 - 2º PERÍODO– ASSOCIAÇÃO “TERRAS DENTRO”**
- N) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C. SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANTÓNIO – LAVRE – 2º PERÍODO – ANO LECTIVO 2004/05 – REFEIÇÕES ESCOLARES**
- O) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE SILVEIRAS – REFEITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**
- P) GRUPO UNIÃO SPORT – PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- Q) GRUPO DESPORTIVO DO REGUENGO / S. MATEUS - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- R) RUGBY CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- S) ATLÉTICO CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- T) GRUPO CULTURAL E DESPORTIVO DAS SILVEIRAS - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- U) CASA DO POVO DE LAVRE - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- V) ATLÉTICO CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO – PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- X) GRUPO UNIÃO SPORT - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- Y) CENTRO DE JUDO DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- Z) CASA DA CULTURA E RECREIO DO CIBORRO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- W) CLUBE DE TÊNIS DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**
- WW) PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO ( A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES E A ACTIVIDADES DE INTERESSE MUNICIPAL DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVO, RECREATIVA OU OUTRA) SEM FINS LUCRATIVOS**

## **5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **A) PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO / PARECER SOBRE CANDIDATURA**

## **6. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO EM 2004**

## **7. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2004**

## **8. PROTECÇÃO CIVIL**

### **A) ACORDO ESPECÍFICO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

## **9. PROJECTO DE ACTA Nº 6**

## **10. ATENDIMENTO DE MUNICIPES**

### **Período antes da Ordem do Dia**

#### **Voto de Pesar pela Morte do Papa**

Foi o senhor Presidente que interveio para solicitar ao Executivo a apresentação e discussão de uma proposta de voto de pesar que não foi distribuída com antecedência mas que, face às circunstâncias e ao texto proposto, julga justificar-se desde que todos aceitam.

Sobre a presente matéria interveio o senhor Vereador Jorge Queiroz para dizer que já existiram outras situações que foram apresentadas e não estando agendadas não foram discutidas, como tal o critério deveria ser geral apesar de votar favoravelmente o presente documento.

Respondeu o senhor Presidente para afirmar que por princípio não são aceites temas que não estejam agendados porém e com a concordância do executivo e à semelhança de outras situações, como já aconteceu por iniciativa dos Vereadores do MCPM por exemplo na moção sobre Cuba, já foram discutidos assuntos sem que previamente tenham sido agendados, desde que com o acordo de todos e como excepção. Apresentou então, em nome dos eleitos da CDU a seguinte proposta de condolências:

*“ A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Papa João Paulo II e transmite à Igreja Católica e a todos os católicos sentidas condolências.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a voto de pesar pelo falecimento do Papa João Paulo II.

#### **Apresentação de requerimento**

Em nova intervenção o senhor Vereador Queiroz apresentou o requerimento do seguinte teor:

*Estando em curso a discussão pública do regulamento Municipal dos Apoios a Instituições sem Fins Lucrativos os Vereadores Eleitos pelo Movimento Cívico Pró Montemor – MCPM requerem de acordo com a legislação:*

*1- A relação de todas as Associações sem fins lucrativos convocadas pela Câmara Municipal para as reuniões de análise do regulamento.*

*2 – Acesso ao dossier do processo com as certidões de afixação, cópias dos editais de divulgação e convocatórias e das cartas enviadas, bem como as actas das reuniões realizadas.*

#### **Átrio do edifício dos Paços do Concelho**

Interveio o senhor Vereador Jorge Queiroz para manifestar a sua discordância pela forma como o átrio dos Paços do Concelho está a ser utilizado para fins de propaganda do grupo político anulando todos os espaços que eram destinados à informação dos munícipes, (editais, convocatórias, avisos,...) de Instituições Públicas e da própria autarquia. Constata que a substituição do espaço dedicado aos munícipes é feita com imagens

de autopromoção do Presidente da Câmara, elogios dos eleitos da maioria à própria “obra” e exaltação de hipotéticas realizações e slogans.

Referiu ainda o Vereador que se trata de mais um exemplo de utilização do espaço público com desrespeito pelo cidadãos, pelo que não pode deixar de sublinhar na reunião camarária o seu protesto.

Interveio seguidamente o senhor Presidente afirmando que a alteração que se verificou teve por base melhorar a imagem do átrio do edifício e já se verifica desde o Programa “Montemor 2003”. Acrescentou que são focadas, desde 2003, áreas prioritárias que foram aprovadas nas Opções do Plano e está previsto que, de tempos a tempos, se renove o espaço.

Disse a concluir que admite que possa reequacionar a situação mas que ninguém tinha levantado até agora qualquer questão sobre o átrio e que contesta a visão do Vereador Queiroz uma vez que os painéis apresentam acções factuais da Câmara no âmbito da sua actividade decorrente das Opções do Plano.

### **Funcionamento do telefone**

Em consequência do telefone do Salão Nobre ter tocado interveio o senhor Vereador Maia para propor que durante as sessões camarárias aquele equipamento fosse desligado para não quebrar o ritmo dos trabalhos nem desviar a atenção das pessoas que secretariam as reuniões o que frequentemente sucede.

### **Ordem de Trabalhos**

## **1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E REQUERIMENTOS**

De: PAULO MARIA DE SOUSA CUNHAL MELERO SENDIM, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento das alterações efectuadas no decorrer da obra de remodelação e alteração de edifício sito na Rua Téofilo Braga, Largo da Escola Nova e Travessa dos Lagares, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Jorge Manuel de Carvalho Ribeiro.

Data de entrada do requerimento: 24/02/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: SOMAEXPOL, LDA., requerendo informação prévia sobre construção de moradia e armazém agrícola a levar a efeito no prédio rústico denominado por Herdade da Caeira, freguesia de Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 2/03/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir condicionalmente de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: ANTÓNIO MARTINHO CARAPINHA e FILIPE ANTÓNIO GALEGO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura, autorização da obra de alteração de moradia e constituição de imóvel em propriedade horizontal sito na Rua Abel Salazar, lote 34, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Rui Carlos Ruivo Moura de Barros Barral.

Data de entrada do requerimento: 24/11/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: HENRIQUE MANUEL BECO BOMBICO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de garagem a levar a efeito na E.N. 114, Beco n.º 1 – Porta 3, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 30/03/2005

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com os termos de responsabilidade do técnico.

De: MANUELA JOSÉ MORGADO FERREIRA, requerendo informação prévia sobre construção de matadouro de leitões e estabelecimento de assar anexo a levar a efeito na Herdade do Barrocal de Baixo, freguesia de Cíborro

Data de entrada do requerimento: 22/10/2004

Tem parecer da D.A.U. e D.A.S.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir condicionalmente de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: ANA MAFALDA CASTRO MALTA DUARTE SILVA FREUDENTHAL, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de reconstrução e ampliação de moradia sita no prédio rústico denominado por Herdade da Palhavã, freguesia de Cabrela, tendo como técnico responsável Madalena Malta Duarte Silva.

Data de entrada do requerimento: 28/01/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: ANTÓNIO PAULO RAMOS XAVIER e LEONOR MARIA PINTO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para ampliação de anexo sito na Rua Gonçalves Zarco, lote 23, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 16/12/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: ISABEL DA CONCEIÇÃO DA SILVA PETITA REBOCHO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de alpendre a levar a efeito no Ferro da Agulha, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 13/12/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: VET+ SERVIÇOS VETERINÁRIOS, LDA., requerendo informação prévia sobre construção de uma clínica veterinária e duas habitações a levar a efeito na Rua Comandante Fragoso, n.º 21, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 2/11/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: HERDADES DO CARAPTAL E ZAMBUJAL – SOCIEDADE AGRO-TURISTICA E FLORESTAL, S.A., requerendo aprovação do projecto de estabilidade para construção de armazém a levar a efeito na Herdade do Zambujal, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável Vasco Miguel de Jesus Lemos.

Data de entrada do requerimento: 26/01/2005

Tem parecer da D.A.U.

(Enviado para audiência prévia em 9/03/2005, tendo o requerente se pronunciado em 17/03/2005)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o processo.

De: JOAQUIM VICENTE DOMINGOS, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para a obra de construção de anexo a levar a efeito na Rua Humberto Delgado, lote 4, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 18/01/2005 e 31/03/2005

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com os termos de responsabilidade do técnico.

De: JOAQUIM JOSÉ ESTRABOCHA DEDEIRAS, requerendo licenciamento para remodelação de terreno sito no prédio rústico denominado por Dornéis, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 2/02/2005

Tem parecer da D.A.U.

(Foi enviado para audiência prévia em 21/02/2005, não se tendo o requerente pronunciado)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o processo.

### **Requerimentos diversos**

De: CUSTÓDIA MARIA MARTINS SAIOTE e OUTROS, requerendo emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sita na Rua Catarina Eufémia, n.º 4, freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Data de entrada do requerimento: 1/03/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: OLÍMPIO JOSÉ VAGARINHO TOBIAS, requerendo averbamento no alvará de licença de utilização para serviços de restauração sito no Largo Machado dos Santos, n.º 9 B e 9 C, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, da entidade exploradora para seu nome.

Data de entrada do requerimento: 18/03/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: SAMPAIO & BARRELAS, LDA., requerendo emissão de autorização de utilização turística para a Pensão Residencial de 3.ª Classe sita na Rua Poço do Paço, n.º 58, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 21/01/2005

Tem parecer da Comissão de Vistorias.

(Ratificação do despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 21/03/2005)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o auto de vistoria da comissão técnica de vistorias.

De: CHAZZ – SALÃO DE CHÁ, LDA., requerendo emissão de autorização de utilização para o estabelecimento de bebidas (Salão de Chá) sito no Largo S. João de Deus, n.º 19, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 2/03/2005

Tem parecer da Comissão de Vistorias.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o auto de vistoria da comissão técnica de vistorias.

### **B) PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**

Foi de novo a senhora Vereadora Helena Paixão que interveio para apresentar os seguintes processos:

Requerente: LAURENCIA MARIA ANGELINO

Local da Obra: RUA DR. MAGALHÃES DE LIMA, N.º 113 - ESCOURAL

Valor da Obra: 3.900 Euros

Valor da Participação: 1.950 Euros

Data de entrada do requerimento: 24/11/2004

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o processo.

Requerente: PERPÉTUA MARIA

Local da Obra: RUA DOS ALMOCREVES, N.º 24 E 26 – MONTEMOR-O-NOVO

Valor da Obra: 4.120 Euros

Valor da Participação: 2.060 Euros

Data de entrada do requerimento: 30/09/2004

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o processo.

Requerente: MARIANA AMÉLIA VIGIGAL BRITO RAMALHO

Local da Obra: RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 21 – MONTEMOR-O-NOVO

Valor da Obra: 4.020 Euros

Valor da Participação: 2.010 Euros

Data de entrada do requerimento: 4/02/2004

A senhora Vereadora Helena Paixão esclareceu que este processo foi anulado a pedido da requerente apesar da participação já ter sido aprovada em reunião de Câmara, por incapacidade de obter um pedreiro anulou-se o pedido, passando esta obra agora para a brigada da DOS.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade anular a deliberação camarária de 4/08/2004

## **2. OBRAS E SANEAMENTO**

### **A) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

Foi o senhor Vereador João Caldeira que interveio para apresentar a seguinte proposta:

*Propõe – se à Exm<sup>a</sup>. Câmara Municipal a aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, da autoria do Eng<sup>o</sup>. António Gama, e apresentado pela Entidade Executante FDO – Construções, S.A., já validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde da Obra.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe.

### **B) EMPREITADA DE “ CONCEPÇÃO / CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA COURELA DA PEDREIRA EM MONTEMOR-O-NOVO” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

Continuando a intervir o senhor Vereador João Caldeira apresentou uma outra proposta do seguinte teor:

*Propõe – se à Exm<sup>a</sup>. Câmara Municipal a aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, da autoria de António Manuel Pulga Rosado – Construção Civil e Obras Públicas, Ld<sup>a</sup>., já validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde da Obra.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe.

### **C) EMPREITADA DE “ AMPLIAÇÃO DA CANTINA DA ESCOLA PRIMÁRIA DE FOROS DE VALE FIGUEIRA” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA OBRA**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Caldeira apresentou ainda outra proposta:

*Propõe – se à Exm<sup>a</sup>. Câmara Municipal a aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, da autoria da Eng<sup>a</sup>. Civil Teresa Maria de Sá Torres e apresentado pela Entidade Executante António Manuel Pulga Rosado, já validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde da Obra.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe.

### **D) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA RUA DO BAIRRO POPULAR E MANUEL DO MOINHO, EM CORTIÇADAS DE LAVRE**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou a seguinte proposta de aprovação de Auto de Recepção Provisória que abaixo se transcreve:

*Propõe-se a aprovação do Auto de Recepção Provisória realizado em 28 de Janeiro de 2005, que se anexa.*

*Aos 28 dias do mês de Janeiro de 2005, no local dos trabalhos da obra acima designada, compareceram a Eng.ª Civil – Transportes e Vias de Comunicação Guida Maria Soares Cordeiro de Loureiro, como fiscal da obra e o Sr. Guilherme José Petita, em representação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, e o Eng. Rui Rezende, em representação da empresa adjudicatária CONSTRUÇÕES ANTÓNIO JOAQUIM MAURÍCIO, LDA., a fim de em conjunto, e como membros da comissão para o efeito constituída, procederem à recepção provisória de todos os trabalhos integrantes da empreitada referenciada em epígrafe.*

*Tendo-se vistoriado a obra e verificado que a mesma se encontra concluída, nenhuma observação havendo a fazer quanto ao modo como os trabalhos foram executados, pelo primeiro foi declarado que recebia a obra que lhe era neste acto entregue pela empresa adjudicatária, cuja entrega o representante da mesma empresa confirmou.*

*E nada mais havendo a tratar, se lavrou o presente auto que, depois de lido, e julgado conforme, vai ser assinado por todos os intervenientes, contando-se a partir desta data o prazo de garantia fixado no contrato.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Recepção Provisória da empreitada mencionada em epígrafe.

#### **E) EMPREITADA DE “ PAVIMENTAÇÃO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS- ESCOURAL”**

Interveio novamente o senhor Vereador Caldeira para apresentar uma proposta de intenção de adjudicação: *De acordo com a Acta da Abertura de Propostas e após verificação das listas de preços unitários respectivas, os concorrentes admitidos são:*

*ANTONIO DA SILVA, LDA. - 23 061, 00 € e CONSTRUÇÕES ANTÓNIO JOAQUIM MAURÍCIO, LDA. - 25 848, 25 €*

*Das decisões e conteúdo do Relatório da Comissão de Abertura do Concurso foi dado conhecimento a todos os concorrentes conforme estabelece o n.º 5 do art.º 98 do D. L. 59/99, não tendo havido qualquer reclamação.*

*Propõe-se a intenção de adjudicação da empreitada supra, à empresa ANTONIO DA SILVA, LDA. pelo valor de 23 061, 00 € (vinte e três mil e sessenta e um euros) nos termos da sua proposta e respectiva lista de preços unitários.*

*Segue-se audiência prévia, escrita, nos termos da Lei.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade manifestar a intenção de adjudicação da empreitada de “Pavimentação da Rua Cândido dos Reis – Escoural” à empresa António da Silva, Lda. pelo valor de 23 061, 00 € (vinte e três mil e sessenta e um euros).

#### **F) EMPREITADA DE “ARRANJOS EXTERIORES DA COURELA DA PEDREIRA – 1ª FASE”**

Continuando as suas intervenções o senhor Vereador João Caldeira apresentou o seguinte auto de medição: Auto de Medição número dois de trabalhos efectuados pelo empreiteiro Acoril - Empreiteiros , S.A. na empreitada de “ Arranjos Exteriores da Courela da Pedreira – 1ª Fase”, o qual importa no valor de vinte e um mil duzentos e oitenta e cinco euros e noventa e três cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de vinte e dois mil trezentos e cinquenta euros e vinte e três cêntimos.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição no valor de vinte e dois mil trezentos e cinquenta euros e vinte e três cêntimos.

#### **G) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DA RUA 1º DE MAIO EM CORTIÇADAS DE LAVRE”**



Ainda no uso da palavra o senhor Vereador João caldeira apresentou mais um auto de medição: Auto de Medição número quatro de trabalhos efectuados pelo empreiteiro Construções Aquino & Rodrigues, S.A na empreitada de “ Beneficiação da Rua 1º de Maio em Cortiçadas de Lavre”, o qual importa no valor de trinta e sete mil quinhentos e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil oitocentos e setenta e sete euros e doze cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de trinta e nove mil quatrocentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição no valor de trinta e nove mil quatrocentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos.

#### **H) EMPREITADA DE “PROJECTO DE VALORIZAÇÃO URBANA DA RUA DE AVIZ – EN2 E DA EN 114”**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Caldeira apresentou um outro auto de medição: Auto de Medição número um de trabalhos efectuados pelo empreiteiro Construções António Joaquim Maurício, Lda. na empreitada de “ Projecto de Valorização Urbana da Rua de Aviz – EN2 e da EN 114”, o qual importa no valor de nove mil oitocentos e noventa e um euros e trinta e um cêntimos, acrescido do IVA no valor de quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de dez mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição no valor de dez mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos.

#### **I) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DA PINTADA ”**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou a seguinte proposta de aprovação de Auto de Recepção Provisória que abaixo se transcreve:

*Propõe-se à Câmara Municipal a aprovação do Auto de Recepção Provisória apresentado em anexo, respeitante à empreitada em epígrafe executada pela empresa Acoril – Empreiteiros S.A..*

*Aos oito dias do mês de Outubro de 2004 , no local dos trabalhos da obra acima designada, compareceram os Srs :*

*Vítor Manuel Boieiro Cotovio, Eng.º Civil, Chefe de Divisão; Gabriel da Silva Godinho, Eng.º Técnico Civil; Gabriel Cabido Roque em representação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, e o senhor André Messias Varge, em representação da empresa adjudicatária Acoril – Empreiteiros S.A., a fim de em conjunto, e como membros da comissão para o efeito constituída, procederam à recepção provisória de todos os trabalhos integrantes da empreitada referenciada em epígrafe.*

*Tendo-se vistoriado a obra e verificado que a mesma se encontra concluída, nenhuma observação havendo a fazer quanto ao modo como os trabalhos foram executados, pelo primeiro foi declarado que recebia a obra que lhe era neste acto entregue pela empresa adjudicatária, cuja entrega o representante da mesma empresa confirmou.*

*E nada mais havendo a tratar, se lavrou o presente auto que, depois de lido, e julgado conforme, vai ser assinado por todos os intervenientes, contando-se a partir desta data o prazo de garantia fixado no contrato.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Recepção Provisória da empreitada mencionada em epígrafe.

#### **J) EMPREITADA DE “ CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS ”**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou mais um auto de medição: Auto de Medição número quatro de trabalhos efectuados pelo empreiteiro FDO - Construções, S.A na empreitada de “ Construção das Piscinas Municipais Cobertas”, o qual importa no valor de vinte cinco mil novecentos e setenta euros e setenta e seis cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil duzentos e noventa e

oito euros e cinquenta e quatro cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de vinte e sete mil duzentos e sessenta e nove euros e trinta cêntimos.

Ainda no âmbito deste documento o senhor Vereador Maia questionou para saber dos tramites levados a efeito para realojamento da municipais de etnia cigana.

Respondeu o senhor Presidente dizendo que foi levado a efeito um levantamento da comunidade cigana, donde se concluiu que o número de habitantes é superior ao que se perspectivava, como tal a proposta de realojamento está a ser revista atendendo á falta de terreno.

Por outro lado acresce ainda verificar entre todos os residentes no local os que têm ligação a Montemor e o número do agrado familiar.

Informou ainda o mesmo autarca que se está a equacionar a possibilidade de construir casas pré fabricadas com o intuito de controlar os consumos de água e electricidade.

A finalizar disse que também foi levado a efeito um levantamento dos custos e um relatório individual de cada agregado familiar.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição no valor de vinte e sete mil duzentos e sessenta e nove euros e trinta cêntimos.

## **L) EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE INFRA – ESTRUTURAS NA ESTRADA MUNICIPAL 535 EM SÃO CRISTOVÃO / ARRANJOS EXTERIORES DO LARGO DA ENTRADA DE SÃO CRISTOVÃO.**

A terminar o senhor Vereador João Caldeira apresentou o último auto de medição do seguinte teor:

Auto de Medição número três de trabalhos efectuados pelo empreiteiro Construções António Joaquim Maurício, Lda. na empreitada de “ Beneficiação de Infra – Estruturas na Estrada Municipal 535 em São Cristovão / Arranjos Exteriores do Largo da Entrada de São Cristovão”, o qual importa no valor de vinte e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil quatrocentos e setenta e sete euros e setenta e dois cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de trinta e um mil e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição no valor de trinta e um mil e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos.

## **3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **A) CONTABILIDADE**

#### **Listagem de Pagamentos**

A Câmara tomou conhecimento da listagem das ordens de pagamento dos documentos números dois mil quatrocentos e oito a dois a dois mil setecentos e setenta e seis no valor de seiscentos e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta euros e oitenta e sete cêntimos.

### **B) SUBSTITUIÇÃO DE LICENÇAS DE TAXI**

Interveio agora o senhor Presidente para apresentar um pedido de deferimento relativo ao transporte de táxi.

*Requerente: Táxis Filipe José da Silva & Filhos, Lda.*

*O correspondente processo foi instruído de acordo com o artº 32º, nº 1, alínea c) e nº 4 do Regulamento da Actividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor no Município de Montemor-o-Novo.*

*Propõe-se que a Câmara emita parecer favorável ao deferimento do requerimento apresentado*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao requerimento apresentado.

### **C) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS / SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO / DIREITO DE PREFERÊNCIA**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou os seguintes documentos:

*1.O Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis contém no seu artigo 55º nº 1 uma norma que é do teor seguinte: “ Se por indicação inexacta do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas do direito público representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os Tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em 5000 € pelo menos o valor sobre que incidiu”*

*2.Assim e para os efeitos mencionados, junto remeto cópia da informação dos contratos de compra e venda de habitação própria celebrados no período de 01-02-2005 a 28-02-2005, ao abrigo do Decreto-Lei nº 255/93.*

Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento da documentação apresentada.

*1.O Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis contém no seu artigo 55º nº 1 uma norma que é do teor seguinte: “ Se por indicação inexacta do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas do direito público representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os Tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em 5000 € pelo menos o valor sobre que incidiu”*

*2.Assim e para os efeitos mencionados, junto remeto cópia da informação dos actos notarias relativos a negócios sobre imóveis deste Concelho sujeitos a IMTOI, ainda que dele isentos, remetidos a esta Câmara Municipal no corrente no mês de Março, respeitantes ao mês de Fevereiro transacto.*

Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento da documentação apresentada.

#### **4. SÓCIO – CULTURAL**

##### **A) ASSINATURA DE CONTRATO DE PARCERIA À CANDIDATURA AO POC – ACÇÃO 3 DA MEDIDA 2.1.**

Foi o senhor Presidente que interveio em primeiro lugar para apresentar a seguinte proposta:

*No âmbito da candidatura ao POC – Plano Operacional da Cultura – Acção 3 da Medida 2.1 – Descentralização das Artes e programação em rede, solicita-se que seja assinado o referido contrato antes do final do mês de Março uma vez que essa é a data limite para o envio.*

Sobre a matéria em apreço declarou o senhor Vereador Queiroz que a acção cultural não deve ser baseada em critérios de estreita organização partidária. De quanto se observa na proposta a relação é estabelecida apenas entre as Câmaras de maioria comunista, o que podendo ser mera coincidência se estranha havendo tantas outras não comunistas no Alentejo. Os problemas do desenvolvimento das regiões devem ser perspectivadas com abertura, pluralidade e capacidade de cooperação construtiva.

Respondeu o senhor Presidente afirmando que não existe essa visão e a confirmar existem exemplos mais que suficientes que o justificam nomeadamente programas de colaboração na área cultural e ambiental com a Câmara de Évora, o que importa é o interesse dos projectos.

Concluiu afirmando que se de facto existe uma visão deste tipo deve ser imputada a outras Câmaras e não à de Montemor-o-Novo como se viu, por exemplo, quanto à ruptura do consenso para a criação do sistema Intermunicipal de abastecimento de água e saneamento no nosso distrito ou quanto à preservação da unidade territorial do Alentejo.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores Vereadores do MCPM, ratificar a assinatura de contrato de parceria à candidatura ao POC – Acção 3 da medida 2.1.

##### **B) SOCIEDADE ANTIGA FILARMÓNICA MONTEMORENSE “CARLISTA” – SUBSÍDIO PARA A ESCOLA DE MÚSICA**

Interveio o senhor Presidente para apresentar a seguinte proposta de subsídio:

*Na sequência da Deliberação de Câmara de 4 de Fevereiro de 2004, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música da Sociedade Carlista, referente a:*

*Março/ 2005 - 62 alunos x 9,00 Euros = 558,00 Euros*

*O valor total do subsídio ascende a 558,00 Euros (quinhentos e cinquenta e oito euros)*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do MCPM atribuir um subsídio à Sociedade Carlista para funcionamento da Escola de Música no valor de 558,00 € (quinhentos e cinquenta e oito euros)

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídios porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação autárquica.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pelas associações que nos merecem todo o respeito."

### **C) CASA DO POVO DE CABRELA – SUBSÍDIO PARA A ESCOLA DE MÚSICA**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou uma outra proposta de atribuição de subsídio:

*Na sequência da Deliberação de Câmara de 4 de Fevereiro de 2004, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música da Casa do Povo de Cabrela, referente a:*

*Dezembro/ 2004 - 45 alunos x 9,00 Euros = 405,00 Euros*

*Janeiro/ 2005 - 45 alunos x 9,00 Euros = 405,00 Euros*

*Fevereiro/ 2005 - 45 alunos x 9,00 Euros = 405,00 Euros*

*O valor total do subsídio ascende a 1 215,00 Euros (mil duzentos e quinze euros)*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do MCPM atribuir um subsídio à Casa do Povo de Cabrela para funcionamento da Escola de Música referente aos meses de Dezembro/04, Janeiro e Fevereiro/05 no valor de 1 215,00 € (mil duzentos e quinze euros).

"Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídios porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação autárquica.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pelas associações que nos merecem todo o respeito.

### **D) RELATÓRIO SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE CAROLINA MARIA LADEIRAS**

De novo no uso da palavra o senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:

*Na sequência do atendimento efectuado pelo vereador João Caldeira no dia 3 de Março de 2005, à munícipe Carolina Maria Ladeiras, residente na Rua Aquilino Ribeiro , nº35 em Montemor-o-Novo, foi solicitado o acompanhamento da situação à Assistente Social Ana Maria Lages para que efectuasse o relatório social.*

*Junto anexo a informação social datada de 22 Março de 2005, que regista a actual situação e o parecer da referida técnica.*

Interveio o senhor Vereador Agostinho para referir-se ao relatório social onde se evidencia a dificuldade financeira da requerente, chamando à atenção, que a Câmara como entidade de bem, deveria denunciar o actual senhorio por não passar recibo, constituindo uma ilegalidade, e prejudicando a requerente que não tem meios de prova de pagamento da renda.

Interveio seguidamente o senhor Presidente para dizer que em situações desta natureza e com o consentimento de quem presta a informação, o Serviço de Finanças é informado por escrito, atendendo a que a Câmara Municipal não tem competências neste âmbito.

Foi o senhor vereador João Caldeira que depois usou da palavra para informar que esta situação foi despoletada num atendimento seu, ao que solicitou um levantamento social da situação donde se concluiu que a senhora habitava num local e pretendia mudar para outro devido aos encargos financeiros serem mais baixo, porém essa outra habitação necessita de obras e é para isso que a D. Carolina solicita o apoio.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Maia para questionar se continuam a existir habitações devolutas na Adua, sugerindo que em caso afirmativo essas poderiam ser utilizadas para socorrer pessoas ou agregados familiares nas situações idênticas à desta município.

Em nova intervenção o senhor Presidente disse que o que a Câmara Municipal tem levado a efeito é a recuperação das habitações da Adua para que tenham condições de habitabilidade.

Acrescentou ainda que a questão relacionada com os Casais da Adua está a ser resolvida pelo diálogo, já foram estabelecidos contactos com todas as pessoas envolvidas. Existem situações que não são de fácil resolução e por isso se têm prolongado no tempo, havendo Casais desabitados mas que ainda não podem ser usados pela Câmara.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador Agostinho referiu-se ao pedido da recuperação da casa, frisando que a Câmara deveria exigir um contrato de arrendamento entre a requerente e o proprietário, salvaguardando assim, que, a utilização da casa recuperada seja feita pela requerente.

A terminar o senhor Presidente disse que nunca se poderia apoiar a recuperação de uma habitação sem o consentimento do proprietário, por outro lado existe sempre uma declaração por parte do proprietário para salvaguardar a situação exposta pelo senhor Vereador Agostinho.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade prestar o apoio solicitado pela D. Carolina Maria Ladeiras, para reparação da sua habitação.

#### **E) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C.S. E PAROQUIAL DE S. CRISTOVÃO – 2º PERÍODO – ANO LECTIVO 2004/2005 – REFEIÇÕES ESCOLARES**

Continuando a intervir o senhor Presidente apresentou agora a proposta relacionada com refeições escolares:

*Com o início do 2º período escolar, o Centro Social e Paroquial de S.Cristovão iniciou o serviço de refeições aos estabelecimentos de ensino de S.Cristovão a 3 de Janeiro de 2005.*

*O Protocolo de Refeições Escolares foi aprovado na Reunião de Câmara de 13 de Outubro de 2004.*

*Solicita-se que seja aprovado o pagamento do subsídio referente ao 2º Período do ano lectivo 2004/05, pelo serviço de almoços, ao Centro Social e Paroquial de S. Cristovão, no valor de 2 706,16 Euros (dois mil, setecentos e seis euros e dezasseis cêntimos).*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio ao Centro Social e Paroquial de S. Cristovão – 2º período – ano lectivo 2004/05 – Refeições Escolares no valor de 2 706,16 euros ( dois mil, setecentos e seis euros e dezasseis cêntimos)

#### **F) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇADAS DE LAVRE – REFEITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**

Ainda no uso da palavra e no mesmo âmbito o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/04 e Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar relativo ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:*

*Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre - 2º Período - Valor a Pagar - 1 585,76 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre o valor de 1 585,76 € (mil quinhentos e oitenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) referente ao refeitório escolar – ano lectivo 2004/05 – 2º período.

#### **G) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FOROS DE VALE FIGUEIRA – REFEITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou a proposta que abaixo se transcreve:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovados em Reunião de Câmara de 17/12/04 e Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de*

*Freguesia de Foros de Vale Figueira das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar relativo ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:*

*Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira - 2º Período - Valor a Pagar - 2 873,04 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira o valor de 2 873,04 € (dois mil oitocentos e setenta e três euros e quatro cêntimos) referente ao refeitório escolar – ano lectivo 2004/05 – 2º período.

#### **H) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA NOSSA SENHORA DA VILA – REFEITÓRIO ESCOLAR DE S. MATEUS – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**

Continuando as suas intervenções e no que se refere a refeitórios escolares o senhor Presidente apresentou mais uma proposta:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/04 e Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de Freguesia de Nª Sra da Vila das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar de S. Mateus relativo ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:*

*Junta de Freguesia de Nª Sra da Vila - (Refeitório Escolar de S. Mateus)*

*2º Período - Valor a Pagar - 4 098,52 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila o valor de 4 098,52 € (quatro mil noventa e oito euros e cinquenta e dois cêntimos) referente ao refeitório escolar de S. Mateus – ano lectivo 2004/05 – 2º período.

#### **I) TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LECTIVO - 2004/2005 – PROTOCOLO DE CIRCUITO ESPECIAL**

O senhor Presidente apresentou agora uma proposta relativa a um protocolo de circuito especial:

*Para que se efectue o transporte de alunos que frequentam a Escola E.B.2,3 e Secundária “Cunha Rivara” em Arraiolos, residentes na freguesia de Nª Sra da Vila, submete-se para aprovação um Protocolo de Transportes Escolares, a vigorar no ano lectivo 2004-2005, a celebrar com a seguinte Entidade:*

*Câmara Municipal de Arraiolos*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

#### **J) REFEIÇÕES ESCOLARES – CASA BRANCA – ANO LECTIVO 2004/2005 2º PERÍODO – ASSOCIAÇÃO “TERRAS DENTRO”**

Continuando no âmbito dos refeitórios escolares o senhor Presidente apresentou agora a proposta referente a Casa Branca:

*Em conformidade com o protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 13 de Outubro de 2004, solicita-se autorização para proceder ao pagamento à Associação “Terras Dentro” no valor de 619,50 Euros (seiscentos e dezanove euros e cinquenta cêntimos) correspondente a 177 refeições dos alunos, que frequentam a escola do 1º ciclo de Casa Branca, relativo ao 2º período do ano lectivo 2004/2005.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao pagamento à Associação Terras Dentro o valor de 619,50 € (seiscentos e dezanove euros e cinquenta cêntimos) referente a refeições escolares dos Alunos da Casa Branca – ano lectivo 2004/05 (2º período).

#### **K) TRANSFERÊNCIA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LECTIVO 2004/05 – 2º PERÍODO**

O senhor Presidente apresentou agora a seguinte proposta de transferência para as Juntas de Freguesia referentes a transportes escolares:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/04 e em Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade*

com a alínea j) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo III (Ponto 3.3), o pagamento às Juntas de Freguesia dos Transportes Escolares relativos ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:

*Junta de Freguesia de Silveiras*

*Percurso Total - 9 360 Kms - Valor a Pagar - 2 620,80 Euros*

*Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira*

*Percurso Total - 18 480 Kms - Valor a Pagar - 5 174,40 Euros*

*Junta de Freguesia de Santiago do Escoural*

*Percurso Total - 16 240 Kms - Valor a Pagar - 4 547,20 Euros*

*Junta de Freguesia de S. Cristovão*

*Percurso Total - 15 376 Kms - Valor a Pagar - 4 305,28 Euros*

*Junta de Freguesia de Cabrela*

*Percurso Total - 3 316 Kms - Valor a Pagar - 928,48 Euros*

*Junta de Freguesia de Lavre*

*Percurso Total - 15 600 Kms - Valor a Pagar - 4 368,00 Euros*

*Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre*

*Percurso Total - 10 484,00 Kms - Valor a Pagar - 2 935,52 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada sobre transferência de verbas para as Juntas de Freguesia referente a transportes escolares:

#### **L) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VILA – REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTA SOFIA – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente apresentou mais uma transferência de verbas para os refeitórios escolares:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/04 e em Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de Freguesia de Nª Sra da Vila das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar de Santa Sofia relativo ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:*

*Junta de Freguesia de Nª Sra da Vila - (Refeitório Escolar de Santa Sofia)*

*2º Período - Valor a Pagar - 202,54 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila o valor de 202,54 € (duzentos e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos) referente ao refeitório escolar de Santa Sofia – ano lectivo 2004/05 – 2º período.

#### **M) REFEIÇÕES ESCOLARES – ESCOURAL – ANO LECTIVO 2004/2005 - 2º PERÍODO – ASSOCIAÇÃO “TERRAS DENTRO”**

Continuando a intervir o senhor Presidente apresentou a proposta que abaixo se transcreve:

*Em conformidade com o protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 14 de Outubro de 2004, solicita-se autorização para proceder ao pagamento à Associação “Terras Dentro” no valor de 1 141,95 Euros (mil, cento e quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos) correspondente a 348 refeições dos alunos, que frequentam a escola do 1º ciclo de Santiago do Escoural, relativo ao 2º período do ano lectivo 2004/2005.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao pagamento à Associação Terras Dentro o valor de 1 141,95 € (mil cento e quarenta e um e noventa e cinco cêntimos) referente a refeições escolares dos Alunos do 1º ciclo do Escoural – ano lectivo 2004/05 (2º período).

#### **N) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO C. SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANTÓNIO – LAVRE – 2º PERÍODO – ANO LECTIVO 2004/05 – REFEIÇÕES ESCOLARES**

De novo no uso da palavra o senhor Presidente apresentou a proposta que abaixo se transcreve :

*Escolares, aprovado em Reunião de Câmara de 13 de Outubro de 2004, solicita-se autorização para proceder ao pagamento do subsídio ao Centro Social e Paroquial Sto António – Lavre, referente ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/05.*

*Centro Social e Paroquial de Santo António – Lavre - 2º Período - Valor a Pagar - 1 131,00 Euros*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio ao Centro Social e Paroquial de Santo António - Lavre – 2º período – ano lectivo 2004/05 – Refeições Escolares no valor de 1 131,00 € ( mil cento e trinta e um euros)

#### **O) TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE SILVEIRAS – REFITÓRIO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005 – 2º PERÍODO**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou a última proposta relativa a refeitórios escolares:

*De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/04 e Assembleia Municipal de 30/12/04, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de Freguesia de Silveiras das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar relativo ao 2º Período do Ano Lectivo 2004/2005:*

*Junta de Freguesia de Silveiras - 2º Período - Valor a Pagar - 889,72 Euros.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Junta de Freguesia de Silveiras o valor de 889,72 € (oitocentos e oitenta e nove euros e setenta e dois cêntimos) referente ao refeitório escolar – ano lectivo 2004/05 – 2º período.

De novo no uso da palavra o senhor Presidente apresentou as seguintes propostas relativas ao pagamento de subsídio – 1ª Tranche – Protocolo Escalões de Formação Desportiva.

#### **P) GRUPO UNIÃO SPORT – PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 6,505,50 Euros (seis mil quinhentos e cinco euros e cinquenta cêntimos), ao Grupo União Sport, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Futebol (época 2004/2005).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Setembro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Grupo União Sport referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 6,505,50 € ( seis mil quinhentos e cinco euros e cinquenta cêntimos).

#### **Q) GRUPO DESPORTIVO DO REGUENGO / S. MATEUS - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 1.925,00 Euros (mil novecentos e vinte cinco euros), ao Grupo Desportivo do Reguengo/S. Mateus, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Atletismo (época 2004/2005).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Setembro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Grupo Desportivo do Reguengo referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 1.925,00 € ( mil novecentos e vinte cinco euros).

#### **R) RUGBY CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**



*Pela presente propõe-se o pagamento de 3.353,75 Euros (três mil trezentos e cinquenta e três euros e setenta e cinco cêntimos), ao Rugby Clube de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Rugby (época 2004/2005).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Setembro/04 a Março/05.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Rugby Clube de Montemor-o-Novo referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 3.353,75 € ( três mil trezentos e cinquenta e três euros e setenta e cinco cêntimos).

#### **S) ATLÉTICO CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 2.746,70 Euros (dois mil setecentos e quarenta e seis euros e setenta cêntimos), ao Atlético Clube de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Andebol (época 2004/2005).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Outubro/04 a Março/05.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Atlético Clube de Montemor-o-Novo referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 2.746,70 € ( dois mil setecentos e quarenta e seis euros e setenta cêntimos).

#### **T) GRUPO CULTURAL E DESPORTIVO DAS SILVEIRAS - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 1.940,40 Euros (mil novecentos e quarenta euros e quarenta cêntimos), à Grupo Cultural e Desportivo das Silveiras, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Ciclismo (época 2004 e época 2005).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Agosto a Outubro/04 e Janeiro a Março/05.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Grupo Cultural e Desportivo das Silveiras referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 1.940,40 € ( mil novecentos e quarenta euros e quarenta cêntimos).

#### **U) CASA DO POVO DE LAVRE - PROTOCOLO ESCALÕES DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 1.575,00 Euros (mil quinhentos e setenta e cinco euros), à Casa do Povo de Lavre, referente ao subsídio a atribuir aos Escalões de Formação Desportiva – Atletismo (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para os Escalões de Formação Desportiva, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Em anexo, segue mapa justificativo do cálculo das verbas a atribuir no período de Setembro/04 a Março/05.*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche à Casa do Povo de Lavre referente ao Protocolo de Escalões de Formação Desportiva no valor de 1.575,00€ ( mil quinhentos e setenta e cinco euros).

A terminar o senhor Presidente apresentou as seguintes propostas relativas ao pagamento de subsídio – Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto – 1ª Tranche:

## **V) ATLÉTICO CLUBE DE MONTEMOR-O-NOVO – PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 3.893,75 Euros (três mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos), ao Atlético Clube de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir aos monitores das Escolas e Escolinhas de Desporto (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Conforme mapa justificativo, em anexo, o valor a atribuir refere-se ao funcionamento de nove grupos, uma e duas vezes por semana, no período de Outubro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Atlético Clube de Montemor-o-Novo referente ao Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto no valor de 3.893,75 € ( três mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos).

## **X) GRUPO UNIÃO SPORT - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 262,50 Euros (duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), ao Grupo União Sport, referente ao subsídio a atribuir aos monitores das Escolas e Escolinhas de Desporto (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Conforme mapa justificativo, em anexo, o valor a atribuir refere-se ao funcionamento de um grupo, uma vez por semana, no período de Outubro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Grupo União Sport referente ao Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto no valor de 262,50 € (duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos).

## **Y) CENTRO DE JUDO DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 1050,00 Euros (mil e cinquenta euros), ao Centro de Judo de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir aos monitores das Escolas e Escolinhas de Desporto (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Conforme mapa justificativo, em anexo, o valor a atribuir refere-se ao funcionamento de dois grupos, duas vezes por semana, no período de Outubro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Centro de Judo de Montemor-o-Novo referente ao Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto no valor de 1.050,00 € ( mil e cinquenta euros).

## **Z) CASA DA CULTURA E RECREIO DO CIBORRO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 775,00 Euros (setecentos e setenta e cinco euros), à Casa da Cultura e Recreio do Ciborro, referente ao subsídio a atribuir aos monitores das Escolas e Escolinhas de Desporto (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Conforme mapa justificativo, em anexo, o valor a atribuir refere-se ao funcionamento de dois grupos, duas vezes por semana, no período de Novembro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche à Casa da Cultura e Recreio do Cíborro referente ao Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto no valor de 775,00 € ( setecentos e setenta e cinco euros).

#### **W) CLUBE DE TÊNIS DE MONTEMOR-O-NOVO - PROTOCOLO ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIO – 1ª TRANCHE**

*Pela presente propõe-se o pagamento de 218,75 Euros (duzentos e dezoito euros e setenta e cinco cêntimos), ao Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir aos monitores das Escolas e Escolinhas de Desporto (época 2004/05).*

*A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, cujos termos gerais foram aprovados em Reunião de Câmara do dia 09/03/2005.*

*Conforme mapa justificativo, em anexo, o valor a atribuir refere-se ao funcionamento de um grupo, uma vez por semana, no período de Novembro/04 a Março/05.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio – 1º tranche ao Clube de Ténis de Montemor-o-Novo de Montemor-o-Novo referente ao Protocolo Escolas e Escolinhas de Desporto no valor de 218,75 € ( duzentos e dezoito euros e setenta cinco cêntimos).

#### **WW) PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO ( A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES E A ACTIVIDADES DE INTERESSE MUNICIPAL DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVO, RECREATIVA OU OUTRA) SEM FINS LUCRATIVOS**

O documento mencionado em epígrafe foi de acordo com a lei rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Sobre o documento em apreço pronunciou-se o senhor Vereador Agostinho tendo afirmado que é de toda a importância que o documento seja apreciado e discutido em reuniões com as entidades envolvidas, como tal aprovar o documento em Assembleia Municipal de Abril ou de Junho é indiferente o importante é fazer a auscultação entre todas as instituições sem excepções.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Queiroz para referir que o regulamento está na Câmara para ser elaborado há três anos, desde Julho de 2002 e nunca se constatou que a maioria estivesse preocupada com este facto. Pelos antecedentes trata-se de um documento importante para a vida democrática e para uma relação transparente entre o poder político autárquico e as associações sem fins lucrativos.

Disse ainda o Vereador Queiroz que nesta reunião foi apresentado um requerimento de três Vereadores, para que seja dado conhecimento à Câmara Municipal de como foi conduzido o processo de informação e auscultação das Associações, eu seja facultada a documentação legal e obrigatória, cópia dos editais e as actas com as opiniões das Associações.

Disse a concluir que não estão em condições de votar o documento em consciência.

Interveio depois o senhor Presidente tendo dito que julga que o senhor Vereador João Marques transmitiu cabalmente a informação na última reunião de Câmara, onde foi entendimento que a discussão do documento transitasse para a reunião de hoje, pelo facto de não se encontrarem presentes ele próprio e o Vereador Queiroz, atenção que agradeceu apesar de entender que teria havido todas as condições para discutir e deliberar.

Disse ainda que o processo de discussão pública não implicava realizar reuniões, no entanto foi esse o entendimento da Câmara Municipal, porém foi difícil mobilizar as Associações para estas reuniões, mas conseguiram-se realizar e as alterações com cabimento que foram sugeridas foram incluídas no documento. Disse ainda o mesmo autarca que o processo estaria completo que já tivesse sido realizada a reunião com a área ainda em falta,

Sugeri a votação final do presente documento na próxima reunião de Câmara.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Maia para referir que de facto existiu um compromisso por parte do senhor Vereador João Marques em enviar a lista das Associações.

Com alguma surpresa verificou a ausência de várias entidades que obtêm apoios avultados da autarquia e que se desinteressaram da abordagem do assunto, o que é de lamentar e donde se conclui que o que pretendem é receber os subsídios independentemente da forma como são atribuídos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que a discussão final do documento transitasse para a próxima reunião de Câmara.

## **5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **A) PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO / PARECER SOBRE CANDIDATURA**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de parecer:

*De acordo com o estipulado no art.º 24º nº 2 aliena a) da Portaria nº 255/2002 de 12 de Março, o Centro de Emprego solicitou à Câmara Municipal a emissão de parecer do projecto abaixo indicado, candidatado no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego – ILE.*

*Candidato – Paula Inácio Pereira Amaro*

*Projecto/Actividade – Actividade de Limpeza Industrial*

*Anexa-se cópia da candidatura e proposta de parecer.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à candidatura apresentada.

## **6. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO EM 2004**

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição em 2004, documento este que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que a discussão do presente documento transitasse para a próxima reunião de Câmara atendendo a que o senhor Vereador Agostinho não teve acesso ao documento.

## **7. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2004**

Sobre o presente ponto da Ordem de Trabalhos interveio o senhor Presidente tendo apresentado o seguinte documento:

### ***RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2004***

#### ***CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO***

*Em 2004, prosseguimos a concretização do Programa que apresentámos nas Eleições Autárquicas de Dezembro de 2001 e nas quais a população montemorense se pronunciou soberanamente sobre a composição, orientações e opções estratégicas que pretendia ver implementadas, neste mandato, no seu Poder Local Democrático.*

*Este Relatório de Gestão e esta Conta de Gerência são os principais documentos políticos e técnicos que sintetizam e demonstram a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo em 2004. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL), somos a apresentar o Relatório de Gestão e a Conta de Gerência de 2004.*

*O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direcção integram o sistema e o poder políticos democráticos. Não é uma empresa e a actividade municipal, ainda que deva procurar – atento o actual espartilho legal – a eficácia, não pode ser reduzida a um economicismo neo-liberalizante. A aceitar-se tal visão, estaríamos a abrir portas a uma perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia. Esta é uma discussão que cabe aos Municípios despoletar e concluir de forma clara e transparente antes que números inverosímeis e incomparáveis comecem a subverter o discurso e o confronto democráticos e a prática política.*

*Fica, então, claro que não entendemos o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão, que reputamos de essencial, deve ter*

*um cariz matricialmente político ao qual se submete e integra, como uma parte, a componente técnica. Aliás, nesta fase de transição, a componente técnica ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura. É com este entendimento que elaborámos o presente Relatório de Gestão.*

*Assim, relevamos, desde já, quatro questões fundamentais que marcaram e/ou condicionaram a nossa actividade em 2004:*

*1) A prossecução, que se temporiza num horizonte de médio e longo prazo, do que consideramos ser o principal objectivo estratégico do concelho: apostar na inversão da tendência de despovoamento e na recuperação de população, travado que foi na década de 90 o processo global de desertificação económica e social do Concelho. Reafirmamos claramente que aquele objectivo não depende, no essencial, das políticas municipais nem da vontade dos Montemorenses mas, determinantemente, das políticas nacionais adoptadas pelos Governos. Ainda assim, assumimos, com as nossas capacidades mas no limitado âmbito das competências legais da Câmara, dar o nosso empenhado contributo – como vimos fazendo com êxito – para aquele objectivo central.*

*2) A concretização do Programa “Abril em Montemor / Caminhos de Liberdade, Justiça e Futuro” em que, com assinalável participação das instituições locais e da população, assinalámos dignamente os 30 Anos da Revolução Libertadora de Abril, honrando o caminho percorrido, lançando pontes com o espírito de Abril no presente e para o futuro;*

*3) O esforço assinalável mas insuficiente dos novos responsáveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) para alterar o desastre (patente no recente Relatório da Comissão Europeia sobre o PORA e o Alentejo) da anterior gestão daquele organismo governamental desconcentrado. Foi finalmente negociado e garantido o financiamento a um conjunto, ainda que limitado, de projectos do nosso Município. Infelizmente, ainda não teve tradução em 2004, aquela proposta pelo que o nosso Município continuou profundamente penalizado pela discriminação de que foi alvo e que, entre outras questões, se traduziu num baixíssimo financiamento por via do PORA (III QCA). Continuamos a aguardar decisão sobre a quase totalidade das nossas candidaturas. A contrastar, as nossas candidaturas directas à União Europeia (Bruxelas) têm sido seleccionadas, aprovadas entre centenas de outras de vários países e elogiadas pela sua qualidade e inovação.*

*4) A discriminação e o boicote de que tem sido alvo a candidatura, primeiro da AMDE e agora da AMAMB, à criação do Sistema Intermunicipal de Abastecimento Público de Água e Saneamento que abrange o nosso Município. Este processo constitui um atentado ao Estado de Direito e à liberdade de escolha dos Municípios: de facto, apenas a opção de recusarmos a transformação da água num negócio privado e querermos firmemente manter a gestão e o serviço públicos numa área essencial ao bem-estar das populações como é o abastecimento de água justifica esta discriminação e este boicote. Recorde-se, porque estamos a viver uma das piores secas dos últimos 100 anos, que a candidatura foi apresentada em Setembro de 2001 – há mais de 3,5 anos – e que, se tivesse já sido aprovada por sucessivos Governos, já se teriam concretizado os investimentos necessários para que a água – apesar da seca -não faltasse em Montemor.*

## **CAPÍTULO 2 - SITUAÇÃO ECONÓMICA SOCIAL DO CONCELHO**

### **2.1. Enquadramento, Problemas, Perspectivas**

*Em 2004, a situação económico-social no Concelho continuou, à semelhança do País, a agravar-se como consequência das políticas governamentais restritivas e de desigualdade social em desfavor dos trabalhadores, da classe média e dos portugueses de menores rendimentos. O Alentejo e Montemor-o-Novo sofrem problemas estruturais que decorrem essencialmente de opções políticas sistémicas e centrais que se vêm aplicando, ainda que com tonalidades e ritmos diferentes, há quase 3 décadas. Estes problemas, ainda que pontual ou conjunturalmente atenuáveis pela acção do Município e/ou de dinâmicas locais, não são resolúveis por políticas municipais quaisquer que sejam. Ainda assim, e ao contrário do que alguns nos tentam demagogicamente imputar, não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central. Mas também recusamos cómodas posições de falsa neutralidade, de indiferença ou de inactividade. Continuámos a aprofundar o estudo, o conhecimento e a intervenção na realidade concelhia. Nessa decorrência, mantivemos a saudável e não acomodada política de lançar e apoiar acções de denúncia e de*

*reivindicação ao mesmo tempo que lançamos acções de proposta, acções de iniciativa, acções de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho.*

## **2.2. Políticas Nacionais e Europeias Injustas e Negativas**

*Em 2004, continuaram as políticas governamentais e da União Europeia que servem, sobretudo, os grandes interesses económicos. Consequentemente, agravou-se a injustiça social no nosso País e na Europa.*

*Mantiveram-se “as orientações fundamentais dirigidas ao cumprimento dos critérios conservadores e neo-liberais da convergência monetária e nominal do Tratado da União Europeia e do Pacto de Estabilidade”. Há cerca de um ano, tínhamos registado um dado novo, recorde-se: “enquanto o Governo de Portugal submetia toda a sua política à obtenção do défice orçamental imposto pelo neo-liberal Pacto de Estabilidade com as consequências conhecidas, os grandes países da União (nomeadamente, dois dos que pretendem assegurar para si a direcção da UE, Alemanha e França) vieram publicamente assumir que tal défice não era para cumprir e que, daí, não deveriam decorrer quaisquer sanções. O Governo de Portugal concordou!”. Esta nova situação teve, entretanto, um desenvolvimento: o que alguns, como nós, afirmávamos há anos, ou seja a desadequação e inaplicabilidade do PEC (e, por isso, nos apodavam de anti-UE), veio a ser reconhecido, sob o comando da Alemanha e França, pela UE e encetou-se um tímido e insuficiente processo de reforma do PEC.*

*A economia portuguesa manteve-se em recessão mas o grande capital continuou a tirar benefícios, absorvendo uma maior fatia da riqueza socialmente gerada. A maioria dos portugueses perdeu poder de compra e agravou-se a já desequilibrada e injusta distribuição do rendimento. O País, já longe das médias europeias, continuou a divergir dos principais indicadores de desenvolvimento da UE. Direitos económicos e sociais fundamentais – e, desde logo, o direito ao trabalho e os direitos do trabalho – são alvo de legislação regressiva. Por exemplo, entrou em vigor o novo Código do Trabalho.*

*Na União Europeia, os grandes grupos económicos e as principais forças políticas abrem o caminho ao aprofundamento da construção neo-liberal com a tentativa de imposição aos Povos de uma pretensa Constituição Europeia. Este novo pré-tratado foi elaborado sem qualquer base democrática numa Convenção nomeada pelos poderes, pretende sobrepor-se às Constituições nacionais, cria um directório de grandes países com direito de decisão da União, aprofunda a globalização económica capitalista na Europa, obscurece ainda mais a propalada coesão social. Enfim, afasta-se ainda mais a perspectiva **da necessária** “construção de uma Europa Social, dos Povos e dos Cidadãos”.*

*Naquele caminho, surgiu, entretanto, a chamada directiva “Bolkestein” que anuncia a pretensão de criar o “mercado único dos serviços da UE”, nomeadamente, através de um ataque (a palavra usada é “liberalização”) directo aos serviços públicos (ou de “interesse geral” como são designados na UE).*

*Tal vontade férrea de implementar agressivas políticas anti-sociais, está a confrontar-se com uma mobilização e oposição popular em França que poderá obrigar a algum recuo da Comissão Europeia.*

*No quadro destas políticas nacionais e da União Europeia, e atentos os poucos números oficiais disponíveis, podemos afirmar que a situação do Alentejo se continuou a agravar sendo de supor uma quebra face ao rendimento médio comunitário e um maior desequilíbrio na distribuição nacional do rendimento. Cresceu a liquidação de postos de trabalho, a precarização do trabalho, a tendência para o despovoamento.*

*A nível nacional, manteve-se a política de litoralização do país, em particular com a concentração de recursos nessa faixa, que tem conduzido ao crescimento do desequilíbrio regional.*

*Mantivemos a denúncia firme desta política nacional “profundamente errada e de consequências dramáticas”. Continuámos a exigir “uma política nacional de desenvolvimento regional que, definindo claramente estratégias, objectivos e metas, rompa com o contínuo agravamento do fosso entre o interior e o litoral”.*

*Continuam por aproveitar “as enormes potencialidades do Alentejo e de Montemor-o-Novo”. Continuámos, por isso, a exigir um substancial aumento das verbas nacionais e das verbas da União Europeia destinadas ao Alentejo e a Montemor-o-Novo de modo a romper com “a continuada e intencional distribuição gritantemente desfavorável e assimétrica” que se verifica.*

*Batemo-nos e continuaremos a bater-nos pelo direito dos alentejanos e dos montemorenses a poderem viver condignamente na sua terra!*

### **2.3. Principais Problemas e Perspectivas**

*Como prevíamos, a situação económico-social do Concelho em 2004 manteve a tendência negativa. Esta tendência decorreu directa e determinantemente das opções político-económicas dos Governos e cujas nefastas e pesadas consequências obrigaram o Presidente da República a dissolver a Assembleia da República e a convocar eleições legislativas antecipadas.*

*Depois de, em 2002, termos sofrido medidas governamentais como o aumento de impostos, o fim do crédito bonificado à habitação afectando a dinâmica económica e os jovens em particular, o corte de crédito às Autarquias Locais, o corte de apoios a instituições, e em 2003, sermos confrontados, entre outros, com o congelamento dos salários da função pública, a quebra do poder de compra nas camadas de médios e menores rendimentos, o congelamento cego do endividamento e a redução de receitas das Autarquias, alterações legislativas contraindo direitos económicos e sociais da generalidade dos portugueses, em 2004, constatámos e sofremos o aprofundamento da crise económica causada, essencialmente, pela manutenção daquelas políticas governamentais.*

*O desemprego, sobretudo entre os jovens e as mulheres, continuou a aumentar. A falta de oferta para o 1º emprego de jovens voltou a crescer e a precarização do emprego alastrou.*

*Ao problema da qualificação profissional não se procurou dar as necessárias respostas que poderiam atenuar alguns problemas de emprego pois existem sectores empresariais locais que necessitam de trabalhadores qualificados.*

*A situação dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população, piorou pois, além da grande maioria das reformas serem muito baixas, baixou ainda o poder de compra.*

*A droga, o alcoolismo, a desadaptação e insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais que alastraram com a continuada degradação da situação económico-social em 2004. O novo fenómeno da imigração, geralmente clandestina suportando não poucas vezes condições quase escravizantes, que já identificáramos como instalado em 2002, manteve-se não obstante, dada a falta de oferta de trabalho, ter estabilizado e talvez até regredido no nosso concelho. Acentuou-se a expansão de redes de prostituição, beneficiando da legislação nacional desadequada e que permite o uso de estabelecimentos legais de fachada como pontos de apoio.*

*Ao agravamento dos reais problemas que defrontamos no Concelho, respondemos com a denúncia, com a reivindicação, com a luta, com projectos, programas e acções diversas. Apesar das dificuldades, Montemor manteve, ainda que afectada, uma actividade económica, social, cultural e política que tem procurado contrariar, na medida do possível, o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.*

## **CAPÍTULO 3 – GESTÃO MUNICIPAL**

### **3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2002/2005**

*Continuámos, em 2004, a concretização das Opções Programáticas para o mandato 2002 / 2005 decorrentes do Programa Eleitoral da C.D.U. apresentado e sufragado maioritariamente pelos montemorenses. Nesse enquadramento, e como princípio e orientação estratégica assumida, mantivemos e fomentámos a análise crítica e construtiva, a discussão de ideias, de propostas, de sugestões de todos quantos, empenhados na construção de um Concelho melhor, a isso se dispuseram. São as seguintes as Grandes Opções que vimos implementando:*

- 1. Gestão municipal democrática, aberta e participada*
- 2. Organização municipal renovada ao serviço de todos os cidadãos*
- 3. Luta e contributo para o desenvolvimento e o emprego*
- 4. Ordenamento do território e urbanismo de qualidade*
- 5. Elevação da qualidade ambiental*
- 6. Desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania*
- 7. Reforço do apoio ao movimento associativo*
- 8. Dinamização e apoio a iniciativas e acções de/e para a juventude*
- 9. Intensificação de uma solidária acção social*
- 10. Melhor protecção civil e segurança*

### **3.2. Actividade Municipal em 2004**

A Actividade Municipal em 2004 é, de seguida, sintetizada tendo em conta dois documentos de suporte:

- O Relatório de Actividades (RA) não incluídas na Execução do PPI (legalmente não obrigatório);
- A Execução do Plano Plurianual de Investimentos (EPPI).

No que diz respeito ao RA mantém-se a opção de o elaborar procedendo a uma síntese de cada acção. Evita-se, assim, uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

No que diz respeito à EPPI, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características técnicas intrínsecas quer factores transitórios inerentes à sua gradual implementação. Quanto às primeiras, nota-se que, de acordo com o POCAL, este documento mostra o efectivamente pago. Ora, **registando-se os pagamentos e não as liquidações**, o EPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o Investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EPPI. Quanto aos segundos, dir-se-à que desde 2002 se tem vindo a aumentar gradualmente o rigor dos registos. Contudo, vivendo-se ainda uma fase de transição na sua implementação, não é ainda possível garantir uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento. A conversão legal de certas rubricas aumentou igualmente a incerteza de certas classificações pelo que acções haverá no EPPI que podem não reflectir exactamente a sua designação e os seus reais montantes.

Os códigos, a que aludiremos ao longo deste texto, permitem remeter para o RA e/ou para a EPPI (se ambos, apenas os dígitos) e correspondem a uma hierarquização definida aquando das Opções do Plano: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acções (10 dígitos).

#### **3.2.01. Gestão Municipal Democrática, Aberta e Participada**

Como já antes afirmámos, assumimos como princípio e característica política do nosso projecto, a opção estratégica de desenvolver a democracia participativa enquanto pilar da gestão: uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Apelando ao “enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva” que existe no nosso Concelho, garantimos, em 2004, uma sistemática, diversificada e abrangente actividade de auscultação e fomento da participação cívica na gestão municipal.

Procurando os consensos possíveis desde que não redutores da democraticidade interna, continuámos a assegurar condições de funcionamento e participação democrática no âmbito do Executivo Municipal. O Relatório de Avaliação do Direito de Oposição referente a 2004 aprofunda estes aspectos. Recorde-se, entretanto, que, por opção dos próprios, este é o primeiro mandato em que não há Vereadores da Oposição (MCPM) a exercer pelouros.

Pela natureza desta opção programática, haverá sempre algo a fazer, algo a corrigir, algo a melhorar. Nesse sentido, procurámos corresponder às propostas construtivas que nos chegaram. Sendo a democracia um processo em permanente (re)construção, em particular numa época em que o empobrecimento democrático é uma crescente evidência, mantivemos um assinalável esforço neste âmbito com resultados que reputamos de muito positivos.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.), comunicação (código 01.05.) e participações institucionais (código 01.06.).

##### **3.2.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão**

Aplicámos fundamentalmente dois programas.



*O Programa de auscultação não institucional (RA-01.01.01.) em que consolidámos os tipos de atendimento à população, encontros, plenários, reuniões e outras formas de auscultação. Aumentou o carácter sistemático e a regularidade destas acções bem como a capacidade de resposta e a eficácia de resolução das questões colocadas.*

*O Programa de estruturas consultivas locais de participação (RA-01.01.02.), no essencial, garantiu o funcionamento regular e a consolidação das estruturas existentes. Salienta-se, pela sua importância, a adesão e participação activa das instituições locais na Comissão Organizadora do 30º Aniversário do 25 de Abril.*

### **3.2.01.02. Aprofundamento da Democracia Política**

*Implementámos os seguintes programas:*

*Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (RA-01.02.01.) com a denúncia e combate às tentativas de alteração com empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do número de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.). Suscitámos ainda a discussão e propusemos medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento. Assumiu particular importância a activa participação no Congresso da ANMP, a luta pelo integral cumprimento da lei das finanças locais, a exigência da transferência de meios adequados às novas competências, a defesa da autonomia do Poder Local.*

*Programa de defesa da regionalização (RA-01.02.02.) exigindo a democratização, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional, institucionalizando – conforme preceito constitucional – as regiões administrativas. Continuámos a acompanhar o chamado pacote de descentralização governamental, nomeadamente a preocupante legislação sobre as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais (que, segundo palavras do Secretário de Estado da Administração Local, pretendia acabar com a regionalização!), intervindo e tomando posições próprias sobre a matéria. Destaca-se, neste caso, a defesa da identidade e integridade territorial do Alentejo, em particular, no âmbito do Congresso Alentejo XXI e, ainda naquela linha, a defesa da criação – atenta a legislação em causa – da Grande Área Metropolitana do Alentejo.*

*Programa de descentralização local (01.02.03.), uma aposta do mandato que tem ultrapassado as expectativas iniciais, em que voltámos a aumentar além do previsto, a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, traduzida nos protocolos de descentralização onde vem sendo aprofundada a riquíssima e exemplar experiência existente no nosso Concelho.*

*Programa para o associativismo inter-municipal (RA-01.02.04.) onde assumimos a importância da expansão e eficácia deste tipo de associativismo que, entre outras actividades já em curso, pode ter um significativo papel num futuro processo de descentralização do Estado. Destaque para o início do funcionamento pleno da empresa inter-municipal GESAMB e para a criação da Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente (AMAMB), visando ambas o serviço e gestão públicas, no primeiro caso do tratamento dos resíduos sólidos urbanos e, no segundo caso do abastecimento de água e saneamento.*

### **3.2.01.03. Fomento da Dinâmica Popular**

*O fomento da dinâmica popular foi uma constante da nossa actividade. Nesta sub-função (RA-01.03.) salienta-se as experiências de participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos) que permitiram consolidar estas formas de participação e o apoio à dinamização do movimento associativo, contrariando a quebra motivada pelo corte de apoios de outras entidades nomeadamente do Governo. Está em fase final a criação do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo.*

### **3.2.01.04. Reivindicações ao Poder Central**

*A Câmara manteve, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Em paralelo,*

*reafirmou uma atitude de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções que, de algum modo, pudessem ter reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.*

*Batemo-nos por novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (RA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (RA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Temos colaborado na concretização da proposta, oriunda do Direcção do Hospital de S. João de Deus e apoiada pela Câmara, de criação do Parque de Saúde, integrando os serviços de saúde da cidade, e constituindo uma alternativa válida à construção do Centro de Saúde sem internamento clínico que, contudo, tem andado lentamente. Destaca-se ainda o bom funcionamento do grupo de trabalho (Câmara, Rui Horta, IPPAR, DGEMN, IA) que, a partir da parceria entre a Câmara e o Espaço do Tempo/Rui Horta, visa a constituição de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, envolvendo a recuperação do Convento da Saudação e do Castelo, e cujo excelente trabalho está já concluído.*

### **3.2.01.05. Comunicação**

*A comunicação (RA-01.05.) tem vindo a merecer uma particular atenção a esta área onde, por exemplo se mantém por parte de alguma comunicação social nacional preconceitos e mesmo actos de silenciamento. O balanço é globalmente positivo e daí tem resultado uma boa imagem de Montemor e da sua dinâmica.*

*A comunicação entre a Câmara e o Município (nos dois sentidos) e o relacionamento com a comunicação social foram as prioridades nesta área.*

### **3.2.01.06. Participações Institucionais**

*A nossa Câmara, com uma tradição de abertura ao exterior e activa participação em instituições diversas, manteve activas participações institucionais (RA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional) com benefícios directos e indirectos quer para as nossas autarquias quer para o Concelho e a Região.*

## **3.2.02. Organização Municipal Renovada ao Serviço de Todos os**

## **Cidadãos**

*Na organização dos serviços municipais procurámos garantir a igualdade de tratamento dos cidadãos, um eficaz atendimento e trâmite das solicitações, uma prestação de serviços de qualidade crescente, a humanização organizativa quer face aos munícipes quer para com os trabalhadores.*

*Apesar dos avanços verificados, subsistiram dificuldades nalgumas áreas. Como assinalámos nas Opções do Plano para 2002, esta é “uma área que exige uma acção permanente, cujas soluções, porque estruturantes nalguns casos, não serão necessariamente imediatas”.*

*Esta opção programática (código 02) concretizou-se através de plano de modernização (código 02.01.) e de projectos inovadores (código 02.99.).*

### **3.2.02.01. Plano de Modernização**

*O Plano de Modernização (02.01.) contém uma visão global da Câmara e um conjunto diversificado mas coerente de áreas com vista a concretizar os objectivos pretendidos. Mantiveram-se, contudo, indefinições como por exemplo o chamado pacote de descentralização, que têm atrasado opções determinantes como é o caso da reorganização de serviços.*

*O Plano subdivide-se em programas que, de seguida, abordaremos sucintamente.*

*O Programa de Modernização da Organização dos Serviços (02.01.01.) ainda que tenha concluído os trabalhos preparatórios de uma proposta de reorganização dos serviços municipais, entendeu-se inoportuna a sua discussão e implementação face às indefinições governamentais sobre a descentralização. Procedeu-se a adaptações pontuais da estrutura de serviços face às necessidades prementes.*

*O Programa de Modernização para o Pessoal (RA-02.01.02.) apontou à melhoria das condições de trabalho, à formação e à participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Procedeu-se, “atentas as condicionantes legais que impedem qualquer racional gestão de pessoal”, à reafecção de pessoal conforme as necessidades dos serviços, fez-se a alteração ao Quadro de Pessoal visando garantir as necessidades da Câmara e justificadas expectativas de evolução nas carreiras.*

*O Programa de Modernização das Instalações Municipais (02.01.03.), apesar de alguns investimentos e acções, ficou aquém do programado porque não foi possível concluir, como nos propúnhamos, o projecto de remodelação do edifício da ex-EPAC e registou-se um recuo quanto à saída do Serviço de Finanças dos Paços do Concelho.*

*O Programa de Modernização de Equipamentos (EPPI-02.01.04) procedeu a uma progressiva e continuada actualização dos equipamentos condicionado pelas “fortes limitações orçamentais face às reais necessidades”.*

*O Programa de Valorização do Município (02.01.05.), apesar das dificuldades orçamentais, continuou a dar um importante contributo à afirmação positiva do nosso Concelho.*

*O Programa de Documentação (02.01.06.), visando um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal e sobre o Concelho, continuou afectado pela contenção orçamental.*

### **3.2.02.99. Projectos Inovadores**

*Continuou a implementação do programa “Câmara ao Encontro do Cidadão” (02.99.01.) com resultados que reputamos de globalmente positivos.*

### **3.2.03. Luta e Contributo para o Desenvolvimento e o Emprego**

*Mantivemos a luta “por novas políticas que assegurem o desenvolvimento e a criação de emprego” bem como o propósito de “contribuir para tal, na medida das nossas limitadas competências”. Como afirmámos nas Opções do Plano para 2002:*

*“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.*

*Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!*

*Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento.*

*Outras Opções Programáticas têm manifestamente incidência no desenvolvimento e no emprego. Ao individualizar estes programas pretendemos atribuir-lhes uma especial relevância.*

*Este é o enquadramento que deve estar presente na análise desta Opção (código 03).”  
Esta opção programática (código 03) assentou no planeamento estratégico (código 03.01.), no apoio ao desenvolvimento (código 03.02.) e em projectos inovadores (código 03.99.)*

### **3.2.03.01. Planeamento Estratégico**

*Neste âmbito, a deliberação de Câmara que aprovou um documento orientador sobre a elaboração da Carta Estratégica do Concelho (RA-03.01.01.) reformulou a estrutura, assegurou os meios humanos, apostou na participação e, finalmente, relançou o processo de conclusão da Carta.*

### **3.2.03.02. Apoio ao Desenvolvimento**

*Reforçámos, a vários níveis, o apoio ao desenvolvimento económico com o objectivo de contribuir para a “diversificação e expansão da base económica concelhia” e para a indispensável criação de postos de trabalho, questão essencial ao processo de desenvolvimento. Vejamos os respectivos programas.*

*O Programa de Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (03.02.01.) manteve a prioridade à Zona Industrial da Adua, nomeadamente quer quanto a alterações do loteamento, quer quanto à sua expansão quer ainda na captação de investimento. Os resultados são já visíveis. Quanto ao Parque de Exposições, para além do apoio à APORMOR para a conclusão do Parque de Leilões de Gado, iniciou-se o trabalho para a 2ª fase do Parque de Exposições Municipal.*

*O Programa de Promoção do Concelho (03.02.02.) deu atenção ao apoio aos agentes económicos e a acções de captação de novos investimentos, tendo obtido bons resultados apesar da recessão económica.*

*Nos Programas/Projectos de Iniciativa Municipal (03.02.03.) deu-se continuidade ao Programa de Recuperação e Revalorização do Castelo, onde se destaca, como já referimos atrás, o bom funcionamento do grupo de trabalho (Câmara, Rui Horta, IPPAR, DGEMN, IA) que, a partir da parceria entre a Câmara e o Espaço do Tempo/Rui Horta, visa a constituição de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, envolvendo a recuperação do Convento da Saudação e do Castelo, e cujo excelente trabalho está já concluído. No Programa de Participação em Projectos de Outras Entidades (RA-03.02.04.) participámos em várias parcerias para o desenvolvimento local.*

*O Programa de Turismo (03.02.05.), para além das nossas participações na Região de Turismo de Évora e na Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (estruturas indispensáveis à promoção turística), continuámos o esforço de divulgação e expansão desta actividade.*

*No Programa de Mercados e Feiras (03.02.06.) manteve o trabalho em curso e iniciou o projecto de remodelação do Mercado Municipal.*

*Dos Programas Regionais (RA-03.02.09) o destaque vai para a realização do Congresso Alentejo XXI, o maior e mais participado de sempre e cujas conclusões consensualizadas são vitais para o futuro da Região. Neste êxito, o nosso Município teve papel determinante e saiu prestigiado.*

### **3.2.03.99. Projectos Inovadores**

*O 30º Aniversário do 25 de Abril (RA-03.99.02) teve um programa adequado à efeméride: “Abril em Montemor / Caminhos de Liberdade, de Justiça e de Futuro”. À Comissão Organizadora do evento aderiu um significativo número de instituições locais que participaram activamente, algumas com iniciativas próprias. O Programa decorreu entre Abril e o final do ano com assinalável êxito.*

*Os 700 anos do Foral de Lavre (RA-03.99.03.) foram também comemorados dignamente com um programa próprio que mobilizou aquela freguesia e as instituições locais. Do muito feito, destaque para a criação do Espaço Multimédia José Saramago.*

### **3.2.04. Apoio ao Desenvolvimento Económico**

*O desenvolvimento económico é questão central para o desenvolvimento geral do Município. Como vimos afirmando, o objectivo de inverter a tendência para o despovoamento do concelho passa, determinadamente, pela dinamização, expansão e diversificação da base económica.*

*Ainda que dispondo de limitadas competências e possibilidades nesta matéria, procurámos desenvolver todas as acções e contributos para aquele objectivo.*

*Ainda que esta Opção (código 04) esteja intimamente ligada à anterior, alguns destaques há a fazer.*

*O apoio logístico às empresas instaladas ou a instalar no concelho (e, em particular na ZIA) que permitiu captar ou perspectivar vários investimentos. O acordado investimento da Atrian (cerca de 12,5 milhões de euros e 150 postos de trabalho) manteve o impasse por opção do grupo económico que entendeu priorizar investimentos em Espanha mas aguarda-se a sua concretização. Entretanto, estão projectados e em curso outros investimentos, nomeadamente na área da transformação de cortiça e no turismo.*

*O Fundo de Apoio às Microempresas (FAME), em parceria com a ADRAL e lançado em 2003, manteve uma boa adesão apesar de alguns problemas burocráticos verificados mas ultrapassados.*

### **3.2.05. Ordenamento do Território e Urbanismo de Qualidade**

*Dando sequência ao notável trabalho que, desde Abril de 1974, vem sendo prosseguido no âmbito do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico, procurámos melhorar e aprofundar as nossas políticas nesta área tendo como pano de fundo o desenvolvimento sustentado e equilibrado do Concelho.*

*Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da **qualificação** urbana (código 05.03.), da melhoria da rede viária (código 05.04.), do património (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e de projectos inovadores (código 05.99.).*

#### **3.2.05.01. Gestão Urbanística e Planeamento**

*No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) assegurámos a consolidação dos mecanismos de controlo e gestão dos instrumentos de planeamento. Continuou o trabalho, mais lento do que se previa, de alteração do RMEU e o reforço das áreas do licenciamento e da fiscalização.*

*No Programa de Planeamento (05.01.) procurou-se salvaguardar a prática de ir ao encontro das expectativas da população, combater a especulação, preservar o interesse público e colectivo. O Governo aprovou a Revisão do Plano de Urbanização da cidade mas continuamos a aguardar igual decisão para a Alteração de Âmbito Limitado do PDM. Outros Planos de Pormenor importantes como o da ZP5 na cidade, da Adua ou o da Rebola estão em elaboração mas prejudicados pelo atraso na aprovação da revisão do PDM. Avançou-se com loteamentos em parceria como o de Lavre ou o de S. Geraldo.*

#### **3.2.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação**

*O apoio à habitação é uma das prioridades da Câmara. Como afirmámos nas Opções do Plano para 2002: “Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política tem também contribuído pelo efeito económico multiplicador da construção civil para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população”. Reforçámos, em 2003, esta opção (código 05.02.).*

*Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) continuámos a requalificação do parque habitacional propriedade do Município.*

*Continuámos os Programas de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) que têm constituído uma peça crucial para travar a degradação do parque habitacional e como programa de cariz marcadamente social.*

*Prosseguiu-se a política de combate à especulação urbana dos solos, de disponibilização de novos lotes em loteamentos municipais, de concertação com investidores privados, de negociação de terrenos ou outras soluções alternativas em localidades com escassez de oferta (05.02.03.)(05.02.01.) (05.07.01.).*

### **3.2.05.03. Qualificação Urbana**

*O Programa de Planeamento/Estudos/Projectos (05.03.01.) consolidou o salto qualitativo dado em 2003 e vem assegurando uma boa produção de projectos bem como de uma importante bolsa de projectos.*

*O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) vem melhorando a sua eficácia apesar de uma progressão mais lenta que o pretendido.*

*O Programa de Iluminação Pública (05.03.03.), com a participação das Juntas de Freguesia, continuou o reforço e extensão da rede de iluminação pública. Encetámos um diálogo com a EDP para solucionar crescentes problemas que se vêm verificando com o serviço prestado mas mantiveram-se dificuldades que, a nosso ver, resultam da insensibilidade daquela empresa, agora privada, às necessidades do serviço público e ao rigoroso cumprimento do contrato de concessão.*

### **3.2.05.04. Melhoria da Rede Viária**

*Apontando para a constante melhoria da qualidade de vida das populações, a requalificação da rede viária vem constituindo uma área prioritária de intervenção que, na continuidade do trabalho desenvolvido, significou um enorme esforço de investimento, atenuando insuficiências existentes.*

*O Programa de Circulação e Trânsito (05.04.01.) melhorou a sua eficácia e manteve-se centrado na segurança e no ordenamento da circulação e trânsito.*

*O Programa de Requalificação da Rede Viária (05.04.02.) registou um significativo avanço com um vasto conjunto de intervenções de melhoria e conservação nas zonas urbanas, nas zonas rurais e ainda novas construções de arruamentos em várias freguesias rurais. Destaque para a pavimentação da estrada da Pintada.*

### **3.2.05.05. Preservação do Património**

*O Programa de Preservação do Património (05.05.01.) garantiu o acompanhamento e/ou elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções diversas de conservação bem como a implementação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. Os estudos referentes à recuperação do Convento de S. Francisco verificaram um atraso que decorreu quer da definição do programa quer do contrato com o projectista.*

### **3.2.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares**

*Este tipo de apoio, sobretudo centrado nas obras e loteamentos (05.06.01.), continuou a estimular a iniciativa dos cidadãos, reforçou o importante papel da sensibilização, auxiliou a resolução de problemas aos cidadãos.*

### **3.2.05.07. Gestão de Solos**

*Através do Programa de Bolsas de Terrenos (05.07.01.) procurámos “ultrapassar dificuldades de disponibilidade de terrenos para construção em várias localidades (embora haja terrenos urbanos privados que, havendo vontade dos proprietários, cobririam largamente as necessidades) e ainda garantir solos para equipamentos colectivos indispensáveis”. Registaram-se alguns avanços como em Lavre, Cabrela e S. Geraldo e alguns recuos como em Santa Sofia.*

### **3.2.05.99. Projectos Inovadores**

*O Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentado (05.99.01.) tem funcionado apenas de forma pontual ressentindo-se dos atrasos na revisão do PU da cidade e do PDM e das indefinições existentes na legislação governamental para a intervenção na recuperação de habitação.*

### **3.2.06. Elevação da Qualidade Ambiental**

*O ambiente tem vindo a afirmar-se como um dos vectores estratégicos de desenvolvimento e 2004 confirmou essa opção fundada na solidez dos programas, na sustentabilidade, no rigor, na inovação. Nesta importante vertente para o desenvolvimento e a qualidade de vida do nosso Concelho, procurámos “valorizar numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável o nosso Património Ambiental, continuar a enfrentar e procurar soluções para os principais problemas ambientais, garantir a Elevação da Qualidade Ambiental”.*

*Demos continuidade à “procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a humanização da paisagem e as práticas agro-pecuárias”, mantivemos como prioridade fundamental as questões relacionadas com o abastecimento público de água, o saneamento básico e a higiene pública, pugnámos pela “exigência de uma política nacional de ambiente que assegure respostas estruturais aos problemas que os municípios, no âmbito das suas competências, procuram resolver (por exemplo, escoamento e reciclagem dos produtos recolhidos, financiamento para projectos municipais e inter-municipais estruturantes, colaboração da Direcção Regional e não actuação administrativista e desligada da realidade) ”.*

*Enfrentámos decididamente e procurámos soluções para os principais problemas que afectam o nosso ambiente e nos quais, de alguma forma, o Poder Local pode intervir: os efluentes das pecuárias, as intervenções no solo e na paisagem, o tratamento dos diversos tipos de resíduos e dos efluentes domésticos. Procurámos potenciar e valorizar as nossas características ambientais como vector determinante da qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional.*

*Esta opção programática (código 06) integrou a promoção e defesa do ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).*

#### **3.2.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente**

*Neste âmbito, as acções desenvolveram-se em dois programas:*

*O Programa de Controlo da Poluição (06.01.01.) onde o destaque vai para o PIGS (Projecto Integrado de Gestão de Suiniculturas), projecto inovador, candidatado e financiado pela UE, dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas. O PIGS está em funcionamento de cruzeiro.*

*O Programa de Defesa do Meio Ambiente (06.01.02.) onde se trabalhou no âmbito do Plano Municipal de Ambiente / Agenda 21 Local, da educação ambiental e do programa REAGIR, financiado pelo LIFE, que pretende garantir a reciclagem de entulhos no nosso concelho.*

#### **3.2.06.02. Conservação da Natureza**

*A Rede Natura 2000 e o projecto para a Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (GAPS) são os nossos principais programas que vimos concretizando nesta área e que são apoiados pelo Programa LIFE da UE. O Centro Interpretativo dos Sítios de Monfurado e Cabrela consolidou o seu trabalho. Destaque ainda para os projectos de conservação e turismo de natureza – Ripidurable e Rever-Med – candidatados ao programa Interreg III.*

### **3.2.06.03. Saneamento**

*A resolução completa do saneamento básico (e de abastecimento de água) no Concelho é nossa prioridade. A sua concretização passa quer pela aposta em sistemas municipais quer pela obrigatoriedade de constituição de sistemas supra-municipais.*

*Reafirmámos a nossa opção pela constituição de um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) que garantirá o carácter e a gestão pública deste serviço de decisiva importância para a satisfação de necessidades básicas das populações. Opusemo-nos às pressões privatizadoras dos últimos três Governos que boicotaram e atrasaram o processo de constituição do sistema e os necessários investimentos públicos nesta área em pelo menos 2,5 anos; aos que no distrito e no Concelho pugnam pela privatização com graves consequências para as populações sobretudo as de menores recursos, contestámos tal “fatalidade” e apresentámos uma alternativa válida, credível e eficaz salvaguardando o serviço público; continuámos a exigir tratamento igual para esta opção legítima do nosso Município em parceria com mais 5 outros Municípios do distrito (Arraiolos, Mora, Vendas Novas, Estremoz e Vila Viçosa). Contudo, a nova candidatura apresentada aguarda, há demasiado tempo, decisão favorável configurando-se um claro tratamento discriminatório face aos sistemas multimunicipais cujo fim último, como é cada vez mais evidente, é a liquidação do carácter público e a privatização.*

*Desenvolvemos dois programas tendo em conta o acima descrito.*

*O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (06.03.01.) registou uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.03.02.), visando uma activa participação na defesa da implementação de um sistema inter-municipal de gestão, exigiu o desbloqueamento governamental do processo e o respeito pelas diversas opções camarárias. Defendemos o domínio e a gestão pública autárquica no sistema e avançámos, em colaboração com os Municípios citados, para a reformulação da candidatura ao Fundo de Coesão o qual foi entregue em devido tempo e à qual os Governos não deram resposta. Nessa sequência, foi criada a AMAMB – Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente que visa a constituição de uma empresa pública inter-municipal. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de saneamento do concelho já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).*

### **3.2.06.04. Abastecimento de Água**

*O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) é rigorosamente válido para o abastecimento de água.*

*O Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (06.04.01.) manteve uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.*

*O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.04.02.), visando uma activa participação na defesa da implementação de um sistema inter-municipal de gestão, exigiu o desbloqueamento governamental do processo e o respeito pelas diversas opções camarárias. Defendemos o domínio e a gestão pública autárquica no sistema e avançámos, em colaboração com os Municípios citados, para a reformulação da candidatura ao Fundo de Coesão o qual foi entregue em devido tempo e à qual os Governos não deram resposta. Nessa sequência, foi criada a AMAMB – Associação de Municípios do Alto Alentejo para o*



*Ambiente que visa a constituição de uma empresa pública inter-municipal. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de abastecimento de água do Concelho – nomeadamente, para a concretização do abastecimento de água a partir da Barragem dos Minutos – já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).*

### **3.2.06.05. Resíduos Sólidos**

*Nesta área, as principais acções estão contidas no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (06.05.01.), nomeadamente, com a continuação da implementação do Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (no seio da AMDE). A GESAMB, EIM, empresa inter-municipal de gestão de resíduos entrou em pleno funcionamento e começou a assumir as responsabilidades da AMDE nesta matéria. Para além disso, destaca-se a renovação e expansão de equipamentos e a expansão da recolha selectiva para reciclagem.*

### **3.2.06.06. Higiene Pública**

*Avulta no Programa de Higiene Pública (06.06.01.) o pleno funcionamento do novo e moderno canil municipal, a entrada em vigor do novo Regulamento de Resíduos, Limpeza e Higiene Pública e diversas acções de prevenção e sensibilização.*

### **3.2.07. Desenvolvimento Cultural, Desportivo e Recreativo para a Cidadania**

*O aprofundamento do desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania é uma aposta que mantivemos e baseámos numa política municipal de democratização e formação de base, na iniciativa e dinâmica local e na projecção nacional e internacional do Concelho.*

*A intensa actividade sócio-cultural do Concelho continuou indissoluvelmente ligada à política municipal seguida para o sector. Tal política procurou “estimular criativamente a dinâmica dos diversos sectores sociais em presença, orientando a actividade no respeito e desenvolvimento da nossa **forte identidade** cultural, irmanando a tradição com a abertura ao progresso e à inovação e, em simultâneo, criando as condições físicas, humanas e financeiras indispensáveis”.*

*A Câmara continuou a desempenhar um papel imenso no apoio às instituições educativas, culturais, desportivas e recreativas do Concelho bem como aos grupos informais. Questão cuja importância cresceu quando a generalidade das instituições locais viram reduzidos ou retirados apoios que eram concedidos pelo Poder Central e por outras entidades. A par disso, a própria iniciativa camarária disponibilizou aos Montemorenses e às suas instituições infra-estruturas e projectos de grande qualidade geralmente indisponíveis em zonas como a nossa.*

*Em 2004, e apesar de mais um ano muito difícil para o País também nesta área, Montemor manteve uma visibilidade positiva e um prestígio decorrentes da diversidade, intensidade e inovação da sua acção sócio-cultural. Este é um dos pilares que continuámos a afirmar como estratégico para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo.*

*Esta opção programática (códigos 07 e 09) desenrolou-se pela educação (tratada no código 09), pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.), pelo apoio às associações (código 07.05.) e pelos projectos inovadores (código 07.99.).*

#### **3.2.07.01. Cultura**

*Procurámos, “para além da prossecução da política cultural que, com reconhecido êxito, tem vindo a ser implementada”, proceder aos necessários ajustes mantendo a nossa capacidade de renovação. Procurámos, em colaboração com as instituições locais, contrariar na medida do possível a enorme quebra de apoios externos. Em concertação e parceria procurámos ainda aprofundar a dinâmica existente no Concelho.*

*Vejamos os dois principais programas ainda que outros também aqui se reflectam.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (07.01.01.) retomou embora de forma renovada o conjunto de actividades tradicionalmente desenvolvidas depois do “Montemor 2003”. O programa do 30º Aniversário do 25 de Abril dinamizou uma ampla actividade cultural diversa (por exemplo, a “Poesia Está na Rua” ou a Exposição dedicada a Zeca Afonso). Ainda uma referência às “Noites de Verão”. O destaque vai para a afirmação da Feira Medieval como nova, participada e atractiva iniciativa.*

*O Programa para o Património Cultural (07.01.02.) manteve o trabalho que vinha sendo efectuado.*

### **3.2.07.02. Desporto**

*Continuámos a priorizar esta área de actuação municipal que vem assumindo uma importância acrescida. As actividades regulares, quer de iniciativa municipal quer de instituições e municípios que têm um relevo e uma participação significativas, o fomento e formação desportivas concentraram, paralelamente com os equipamentos, os nossos esforços e investimentos.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (07.02.01.) assegurou a continuidade e a expansão do que se vinha fazendo, centrando uma particular atenção na formação.*

*No Planeamento (07.02.02.), para além de apoio a estudos e projectos de infra-estruturas, foi elaborada a carta desportiva do concelho.*

### **3.2.07.03. Tempos Livres e Lazer**

*A dinamização destas actividades (RA-07.03.01.) descreve o trabalho da **Oficina da Criança** (com impacto também nas áreas da cultura e da educação). Mas assegurámos o apoio a acções de outras instituições e iniciámos uma intervenção municipal programada de tempos livres e lazer noutras sectores sociais.*

### **3.2.07.04 Equipamentos**

*Pela importância que assumem do ponto de vista estruturante e pelos recursos de investimento que exigem, entendemos individualizar aqui os equipamentos.*

*Os Programas de Equipamentos Culturais e de Lazer (07.04.01.) e Equipamentos Desportivos (07.04.02) explicitam quer o funcionamento dos existentes quer o investimento efectuado. Esta é uma das áreas que mais foi afectada pela actual situação dos fundos comunitários.*

### **3.2.07.05. Apoio às Associações**

*Definimos uma linha clara de reforço do apoio ao movimento associativo com vista à manutenção, criação e expansão de actividades mas também de consolidação das estruturas associativas. Mantivemos como princípios fundamentais o respeito pela autonomia associativa e o tratamento igual às associações.*

*Continuámos o Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (07.05.01.) bem como o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (07.05.02.) e às Associações Culturais (07.05.03.).*

*Foi concluído o projecto do Arquivo Municipal e garantido o financiamento a 50% através do contrato-programa existente com a Torre do Tombo.*

*Foi desenvolvida uma significativa actividade no apoio diversificado ao associativismo (07.99.01.) e o Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo está em fase de conclusão.*

### **3.2.09. Educação**

*As nossas competências concentram-se no ensino pré-primário e no 1º Ciclo do Ensino Básico mas a nossa intervenção e apoio estendeu-se aos restantes níveis.*

*Procurámos, com base no reconhecido trabalho que vimos desenvolvendo nesta área, manter e reforçar o que de positivo se vinha realizando. Continuamos a aguardar a clarificação da situação da candidatura a fundos da União Europeia para melhoria do parque escolar. Aguarda-se, igualmente, uma clara definição das novas responsabilidades que o Governo quer, nesta área, atribuir às Câmaras Municipais. Está em elaboração da Carta Escolar do Concelho a cargo da AMDE.*

*O Programa de Requalificação de Equipamentos Escolares (09.01.01. e 09.01.02.) continuou a ser implementado.*

*O Programa de Acção Social Escolar (09.02.01.) e o Programa de Transportes (09.02.02.) concedeu um imenso apoio social.*

*O Programa de Dinamização de Actividades (09.03.) quer desportivas (09.03.01.) – em que para fazer face ao esquecimento a que a administração central tem votado o desporto escolar, a Câmara continuou a dar um decisivo e único contributo –, quer culturais (09.03.02.) – com uma enorme e inabitual oferta –, quer recreativas (09.03.03.) foi continuado.*

*Quanto a Outras Actividades (RA-09.04.) destaca-se o apoio a estudantes do Ensino Superior.*

### **3.2.08. Reforço do Apoio ao Movimento Associativo**

*Procurámos, pelo diálogo, o reforço do apoio ao Movimento Associativo – entendido em sentido lato, isto é, abrangendo todo o tipo de associativismo sem fins lucrativos – numa perspectiva de dinâmica local.*

*Assumi particular importância a colaboração e apoio da Câmara a actividades e instituições afectadas pelos cortes de verbas do Poder Central e de outras entidades. Com um esforço conjunto e um empenhamento notável daquelas instituições foi possível evitar uma quebra significativa da actividade desenvolvida mas não foi possível manter com regularidade anual as “Musicalidades” (Coral de S. Domingos).*

*Consolidou-se com uma assinalável dinâmica e por via do suporte diverso da Câmara, o associativismo informal, ainda que de carácter regular, cuja vertente mais forte se identifica com as chamadas comissões de festa ou ainda com comissões específicas para a resolução de um dado problema. Neste último caso, podemos estar perante embriões de novas instituições locais que reforçarão o associativismo e a dinâmica concelhia.*

*Confirmou-se a necessidade de um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo cuja criação está em fase final.*

*Procurámos conhecer e acompanhar os problemas, novos e antigos, do Movimento Associativo na “busca comum de respostas aos problemas existentes” e respeitando e pugnando pela sua autonomia.*

### **3.2.09. Dinamização e Apoio a Iniciativas e Acções de e para a Juventude**

*Ainda que mantendo um significativo nível quantitativo e qualitativo de actividades municipais (ou em parceria) que se dirigem para/ou que de alguma forma tocam a Juventude (RA-08.01.), mantiveram-se insuficiências e dificuldades. O funcionamento do Centro Juvenil continua deficitário face à necessidade de remodelação identificada e que ainda não foi possível resolver em 2004.*

### **3.2.10. Intensificação da Solidária Acção Social**

*A situação política e económica que se vive no País conduziu ao agravamento dos problemas sociais existentes no Concelho. Sendo clara a responsabilidade determinante do Poder Central nesta matéria, a Câmara denunciou a situação, assumiu a conseqüente acção reivindicativa, apoiou as justas reivindicações dos Montemorenses e das suas instituições.*

*Paralelamente, a Câmara manteve-se disponível, atentas as suas limitadas competências na matéria, para a cooperação activa em iniciativas da Administração Central, no apoio das mais diversas formas às instituições concelhias existentes e à criação de novas.*

*Mantivemos o esforço de apoio e intervenção que temos vindo crescentemente a assegurar com bons resultados nesta difícil área que nos documentos está identificada como Acção Social e Saúde (10.01.).*

*A Acção Social (10.01.01.) incluiu o programa de Apoio a IPSS(s) que assegurou o apoio à melhoria, construção e instalação de centros de dia, lares e outras valências. Destaca-se que, com esse nosso apoio, se iniciou (valência de apoio domiciliário) a actividade de mais uma IPSS: “O Girassol” de S. Geraldo. Mantivemos importantes projectos em parceria e apoiámos a realização da I Feira da Intercultura.*

*Consolidámos o funcionamento da Rede Social, criada em 2002 na sequência da análise e discussão então havida, que funciona como um instrumento fundamental para a coordenação de esforços entre instituições e de intervenção integrada. Assegurámos, ainda, o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, iniciativa que tinha o apoio do respectivo Instituto e que, nos últimos meses **do ano**, sofreu grave indefinição quanto à sua continuidade.*

*Mantivemos o apoio às comissões e associações de reformados, pensionistas e idosos com quem estabelecemos programas regulares de animação e prevenção.*

*Na área da Saúde (RA-10.01.02.), a nossa actividade é essencialmente de apoio e complementaridade às instituições que detêm estas responsabilidades específicas.*

### **3.2.11. Melhor Protecção Civil e Segurança**

*Em 2004, manteve-se a difícil situação que esta área atravessa: “a responsabilidade pela Protecção Civil (11.01.) tem vindo a recair sobre as autarquias locais e os Bombeiros sem que da parte do Poder Central se defina uma política clara que delimite responsabilidades, identifique meios, disponibilize recursos”.*

*O nosso Programa de Protecção Civil (11.01.01.) centrou-se “na exigência de uma política nacional clara que delimite responsabilidades e nos disponibilize os necessários recursos, no funcionamento regular do Centro, no reforço do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel”.*

*Funcionou regularmente o Centro de Emergência de Protecção Civil. Mantivemos o elevado nível de actividade no Concelho e a excelente coordenação e cooperação com os Bombeiros Voluntários com quem actualizámos o Protocolo que contempla estas matérias. Lançámos uma importante campanha de prevenção contra os fogos de Verão com bons resultados. Foi concluída, com boa participação das diversas entidades locais, a actualização do Plano Municipal de Emergência.*

*Também a Segurança Pública (11.02.) é da responsabilidade do Poder Central. Os efectivos da GNR, que vinham diminuindo nos últimos anos, terão estabilizado mas abaixo das reais necessidades. Assim, temos níveis de prevenção e segurança abaixo do que consideramos necessário à cidade e ao concelho. Contudo, manteve-se a colaboração entre a Câmara e o comando da GNR que se tem mostrado decisiva para actuar com eficácia sobre problemas com que regularmente o Concelho se defronta. A Câmara continuou a apoiar – sem que tenha tal obrigação – a modernização de instalações da GNR. Funcionou regularmente o Conselho Municipal de Segurança.*

## **CAPÍTULO 4 – CONTA DE GERÊNCIA**

*O Exercício de 2004 é o segundo em que o POCAL cobre todo o ano civil. Como já afirmámos, é ainda cedo para conseguir as alterações positivas que se esperam pois só a sua consolidação, nos próximos anos, as fundamentará. Mas continuaram a ser dados passos importantes em todo o processo de implementação do POCAL.*

### **4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara**

*A Câmara manteve uma boa saúde económica e financeira traduzida, nomeadamente, numa dívida corrente equilibrada (3.746.683,55 Euros), num endividamento baixo e com excelentes taxas bonificadas (ver Mapa dos Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo), por uma capacidade de endividamento que se situa muito abaixo do limite legal, numa estabilização da dependência dos FGM, FCM e FBM.*

*Apesar do pesado volume de projectos e acções em curso (física e/ou financeiramente) onde avulta um conjunto de obras de cariz estruturante (Piscinas Recreativas/Parque Urbano, qualificação urbana, instalações e habitações municipais, estradas e arruamentos, equipamento diverso, etc.) e ao grande esforço de apoio às instituições e à dinâmica local, a dívida corrente apenas subiu ligeiramente (161 mil Euros). Em 2004, manteve-se o impasse do PORA, aguardando-se decisão sobre a quase totalidade das candidaturas apresentadas e identificadas nas Opções do Plano e Orçamento. Associada à crise económica que não nos permitiu certas receitas de capital previstas, dali, resultou em grande parte, como também alertámos, a diferença entre as verbas orçamentadas e as receitas verificadas.*

#### **4.2. Receitas**

*No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às receitas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais da receita corrente, € 10.832.201,63 euros, e da receita de capital, € 4.071.164,52 euros, num total da receita de € 14.903.366,15 euros.*

*Não foi possível, como prevíamos e pelas razões que em tempo expusemos – nomeadamente, pela crise económica que atingiu um conjunto de receitas previstas de capital e pelo adiamento de decisões de financiamento do PORA também referentes a receitas de capital -, atingir o ambicioso volume de receita previsto. Aliás, recorda-se, acautelando a previsão, o PPI incluído nas Opções do Plano assinalava com \* as acções que só se concretizariam mediante a obtenção de financiamento comunitário e/ou nacional não garantido previamente. Se aqueles projectos e previsões não constassem explicitamente nas Opções do Plano e no Orçamento para 2004, logo aproximando mais o previsto do verificado, ficariam inviabilizadas as candidaturas ao III QCA que exige, previamente e por diversas formas, tal inclusão. A recessão económica agravada em 2004, teve um efeito negativo que se reflectiu numa menor receita de capital que motivou um ligeiro decréscimo do volume de receita de 2003 para 2004.*

*Ainda assim, não é aqui incluído um significativo volume de receita obtido em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. O exemplo maior continua a ser o do investimento no Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito de Évora assegurado através da AMDE.*

*Continuaram as transferências de novas competências, em geral avulsas, sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas pelo que não recebemos quaisquer receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Igualmente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais.*

*Continuámos a exigir “uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo”. Os novos impostos sobre o património começaram a ser aplicados em 2004 mas não parecem ir nesse sentido. Em 2004, manteve-se a inaceitável, injusta e chocante situação de, em sede agora de IMI, a posse de habitação própria pagar mais do que a grande propriedade fundiária.*

*Não recorreremos a crédito de curto prazo.*

*Não recorreremos ao crédito de médio e longo prazo, em primeiro lugar, porque dele necessitamos para obras estruturantes a financiar pelo PORA e, em segundo lugar, porque o Governo nos limitou drasticamente essa possibilidade penalizando Câmaras que, como a nossa, se caracteriza pelo equilíbrio e baixo endividamento.*

#### **4.3. Despesas**

*No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais da despesa corrente, € 11.136.208,59 euros, e da despesa de capital, € 3.985.177,08 euros, num total da despesa de € 15.121.385,67 euros.*

*Alerta-se, contudo, para o facto de não ter “sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por*

*exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica (.../...) não pode ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL”.*

*A progressiva implementação do POCAL permitirá – espera-se –, nos próximos anos e com a utilização de outros documentos, atenuar progressivamente este problema e identificar mais os valores explicitados com a realidade.*

*As “Despesas com o Pessoal” foram controladas ficando ligeiramente abaixo do previsto (menos 34 mil Euros). A “Aquisição de Bens e Serviços”, reflectindo o esforço nos trabalhos, na sua maioria de investimento, efectuados por administração directa e ainda o apoio às instituições e à dinâmica local e os programas “Montemor 2003” e do 30º Aniversário do 25 de Abril, ultrapassaram em € 563 mil euros o previsto. As “Transferências Correntes” foram contidas registando uma verba inferior ao projectado em € 25 mil euros. O mesmo se passou com as “Outras Despesas Correntes” com menos € 13 mil euros.*

*Destacam-se alguns dos investimentos mais vultuosos que, contudo, reflectem apenas a verba paga directamente e não capta o valor investido internamente: Terrenos (150 mil Euros), Planos e Projectos e Outros (110 mil Euros), Instalações e Habitações Municipais (174 mil Euros), Reabilitação Urbana por todo o concelho (427 mil Euros), Piscinas Recreativas/Parque Urbano (585 mil Euros), Saneamento básico (157 mil Euros), Abastecimento de água (112 mil Euros), Estradas e Caminhos (105 mil Euros), Equipamento diverso (612 mil Euros), Ambiente incluindo resíduos sólidos (370 mil Euros). O apoio directo aos montemorenses e às suas instituições está disperso por várias rubricas mas terá ascendido a 1 milhão de Euros.*

*Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a descentralização para as freguesias. Continuámos a reforçar significativamente a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização. A Câmara respeitou e ultrapassou o compromisso de garantia do nível de financiamento das Juntas de Freguesia (sustentando assim a excelente actividade que desenvolvem) quer aumentando o montante anterior em 3% quer prevendo acordos específicos (transportes escolares, obras de média dimensão, etc.) cujo valor voltou a ultrapassar significativamente o inicialmente orçamentado. O valor global para esta descentralização correspondeu a mais de 683 mil Euros sem que aqui se contabilize o apoio directo dos serviços camarários.*

#### **4.4. Operações de Tesouraria**

*Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria continuam a atingir montantes absolutos e saldos médios elevados. O saldo positivo é de € 405.171,15 euros.*

### **CAPITULO 5 – CONCLUSÕES**

*O Relatório de Gestão e a Conta de Gerência de 2004 resumem muito sinteticamente a imensa actividade, naturalmente não isenta de deficiências, dificuldades e problemas, desenvolvida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo no terceiro ano do actual mandato. Aqueles documentos mostram continuidade coerente mas igualmente capacidade de mudança, renovação e inovação de uma estratégia de desenvolvimento local – no que da Câmara depende – que, alicerçada em projectos estruturantes quer municipais quer apoiados ou reivindicados pelo Município, visa – nas difíceis condições impostas pelas políticas nacionais – travar e inverter a desertificação social, alargar e diversificar a base económica, elevar a qualidade de vida dos Montemorenses, pugnar por uma sociedade mais solidária, mais humanista, mais justa.*

*Apesar das dificuldades económicas e sociais que se agravaram no País, e como demonstram o Relatório de Gestão e a Conta de Gerência ora apresentados, a Câmara Municipal deu um importante contributo, em 2004, para uma melhor vivência e um melhor Concelho de Montemor-o-Novo”.*

Sobre a presente matéria interveio o senhor Vereador Agostinho, começando pela primeira página onde referindo-se “apostar na reversão da tendência da população de despovoamento e na recuperação da população” não corresponde à realidade pois o saldo continua negativo em perda de população, não apresentando valores tão altos como na década de 80, porque a relação idosos / jovens aumentou bastante (223/100), havendo por isso cada vez menos jovens.

No que respeita ao saneamento básico, disse que o PCP/CDU falava como se estivesse a gerir o concelho de Montemor-o-Novo há apenas 5 – 6 anos, mas na realidade está a geri-lo há cerca de trinta, podendo ter resolvido o problema grave dos esgotos, que foi adiando nestes anos todos.

Alertou seguidamente para o facto de na lista de siglas não estar incluído a designação do MCPM.

Ao nível da comunicação, o documento, disse, deveria fazer referência ao Boletim Municipal que deve ser um meio privilegiado da relação Câmara / Município.

Quanto ao desenvolvimento e emprego disse que apesar das opções políticas do Governo Central, existe uma grande margem de manobra para a Autarquia, nomeadamente a Zona Industrial da Adua, que deveria ser dinamizada de modo a aferir maior número de empresas.

Continuando a sua intervenção o Vereador Agostinho referiu-se à habitação social que não existe, afirmando que os programas municipais existentes de recuperação de habitação degrada, são francamente insuficientes, pois muitos dos municípios necessitados não têm condições económicas para o seu acesso. Referiu-se também ao preço inflacionado da habitação nova em Montemor-o-Novo que é em média mais 7.500 € a 1000 € do que em Vendas Novas.

Referiu-se seguidamente à circulação do trânsito afirmando não existir o seu ordenamento, que para além da “Avenida” a circulação no interior da cidade principalmente dos pesados constituem urgências a resolver.

No que se refere à qualidade do ambiente a Câmara terá que resolver o problema dos efluentes domésticos, esgotos, pois mais de 50% vão directamente para as ribeiras e rio, constituindo-se ..... a Câmara Municipal como o principal poluidor das linhas de águas das linhas de água do Concelho.

Disse de seguida que no documento apresentado não fez nenhuma referência ao trabalho desenvolvido sobre o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo ( A Entidades e Organismos Legalmente Existentes e a Actividades de Interesse Municipal de Natureza Social, Cultural, Desportivo ou Outra) Sem Fins Lucrativos, achando justo que esta matéria figurasse no documento.

A terminar disse que a Câmara deveria organizar um serviço social, de modo a aproveitar melhor os recursos e a intensificar a Acção Social.

Sobre a presente matéria interveio o senhor Vereador Queiroz para afirmar que o documento apresentado é quase textualmente igual ao dos anos anteriores , trata-se de um trabalho de maioria com uma visão sobre si próprio.

No que se refere à União Europeia é sobejamente conhecida a velha posição anti- europeísta do PCP e a sua adesão à “outra Europa”, curiosamente a mesma onde as populações finalmente com liberdades cívicas votaram massivamente em todos os países de Leste a sua adesão à construção europeia. A maioria dos povos europeus estão a realizar referendos democráticos em relação à proposta de constituição europeia.

A análise que o texto faz sobre a realidade nacional é do tipo catastrófico a contrastar com o desempenho da autarquia comunista dentro da conhecida linha maniquísta de que “tudo o que é bom é feito por nós e o que está mal é da responsabilidade dos outros”. Referiu o Vereador que todas as sociedades humanas tem problemas e o que é necessário é encontrar soluções credíveis, correctas e eficazes, o que os autores das teorias expressas no texto nunca apresentaram para além dos habituais e agressivos lugares comuns.

As actas das reuniões de Câmara expressam sobejamente a discordância dos Vereadores eleitos quantos às opções estratégicas da maioria que têm mantido o concelho no atraso. A situação de quebra demográfica é uma realidade que o INE documenta, mas sobretudo o fraco desenvolvimento económico e os métodos de gestão política sectária com tentativa de permanente controlo da sociedade civil são incompatíveis com uma sociedade democrática e evoluída.

Sobre a gestão municipal acrescentou que basta ler as actas das reuniões de Câmara para verificar que as prioridades do MCPM não são as mesmas da CDU, nomeadamente que se refere às políticas sociais.

Concluiu dizendo que uma Câmara que defende posições de esquerda não deve ter uma posição passiva.

Respondeu o senhor Presidente dizendo que foi bem patente as divergências entre os eleitos do MCPM e da CDU e que estão devidamente documentadas ao longo de todo o mandato.

No que se refere à evolução demográfica o que se disse e correctamente face aos dados do INE é que a tendência de decréscimo da população foi travada e que o objectivo, difícil mas possível, que se coloca agora é inverter a situação. Por outro lado, afirmou o índice de envelhecimento tem de levar em conta a evolução da esperança de vida no concelho, que é superior à média da Região e uma das mais altas do País, senão perde objectividade. Naturalmente, disse, havendo uma maior esperança de vida os mais velhos vivem mais e pesam mais no índice de envelhecimento.

No que se refere ao saneamento básico a questão já foi referida. O quadro que foi descrito da gestão do PCP ao longo dos 30 anos não corresponde à realidade porque é um facto que fomos uns dos primeiros a investir na área do saneamento mas, infelizmente, quando quisemos passar à 2ª fase para completar a cobertura do concelho, fomos preteridos com o argumento de que tínhamos taxas de cobertura superiores à média nacional e, por isso, os financiamentos iriam apoiar quem estava mais atrasados. Isto é, penalizou-se injustamente quem foi pioneiro e estava mais avançado. Recordou que o sistema Intermunicipal que irá resolver o problema aguarda decisão governamental há mais de 3,5 anos e que se a candidatura já tivesse sido aprovada já a maior parte dos investimentos estaria concluída.

Registou o facto das sigla MCPM não estar mencionada e disse que iria incluir.

Em relação à habitação social reafirmou que é entendimento da autarquia que este problema é, sobretudo, da competência do Poder Central e que o conceito de política de habitação social tem de ser actualizado não privilegiando apenas o investir em novas habitações quando há tantas habitações degradadas e devolutas e as habitações existentes ultrapassarem as necessidades.

No que se relaciona com o trânsito na realidade tem-se verificado um agravamento no entanto ainda não se conseguiu alterar o Plano de Circulação e Trânsito e solucionar o problema do trânsito pesado apesar de ter sido levado a efeito uma reunião com representantes desse sector onde foi proposto a construção de um parque para este tipo de veículos.

Em relação à bolsa de solos e à política de habitação, a autarquia tem conseguido assegurar uma oferta de lotes municipais para auto-construção bem como parcerias com loteadores privados o que tem permitido manter um mercado equilibrado.

Igualmente se tem procurado e, nalguns casos conseguido, negociar terrenos para futuros loteamentos municipais em localidades carenciadas de terrenos como é o caso de Lavre.

Disse de seguida que o custo dos valores das habitações em Vendas Novas é influenciado por Évora, e se é certo que munícipes de Montemor vão habitar para Vendas Novas, também é certo que se verifica o inverso.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente referiu-se ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (A Entidades e Organismos Legalmente Existentes e a Actividades de Interesse Municipal de Natureza Social, Cultural, Desportivo, Recreativo ou Outra) Sem Fins Lucrativos dizendo que está referido no Relatório de Actividades.

Referiu-se seguidamente às questões colocadas pelo senhor Vereador Queiroz, tendo afirmando que o documento apresentado é semelhante aos dos anos anteriores porque naturalmente está a ser concretizado um programa para o mandato o que revela a continuidade e a coerência de posições que outros não têm.

Disse seguidamente que, ao contrário do afirmado pelo Vereador Queiroz que tenta deturpar as posições da CDU e do PCP, não há nenhuma posição contra a União Europeia mas sim contra este modelo de construção neo-liberal e federalista da UE e defendendo uma outra União Europeia mais democrática, mais justa e socialmente mais coesa, mais preocupada com a generalidade dos cidadãos.

Acrescentou ainda que ficou surpreendido com a posição do senhor Vereador Queiroz quando este defende a Constituição Europeia como se esta resultasse de um processo democrático quando, justamente, estamos perante um processo anti-democrático porque os cidadãos europeus não elegeram nenhuma Assembleia Constituinte, não votaram nenhum dos membros da Convenção que escreveu a dita Constituição que, ao contrário, foram escolhidos e nomeados à revelia de qualquer processo democrático.

A concluir disse que existem questões de incidência local e que dependem fundamentalmente da acção da Câmara mas há problemas sociais que resultam do tipo de sociedade em que vivemos e cuja resolução implica a construção de uma outra sociedade. Neste âmbito apresentou aqui como exemplo o problema da droga, informou que os dados disponíveis de 10% do capital que circula no sistema bancário americano está relacionado com a droga pelo que estamos perante um problema intrínseco ao sistema social capitalista e que não se conseguirá resolver sem equacionar esta organização social capitalista.



### Relatório de Gestão de 2004:

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou aprovar com três votos contra dos senhores Vereadores do MCPM e três votos a favor dos eleitos da CDU, com voto de qualidade do senhor Presidente.

### Conta de Gerência de 2004:

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou aprovar com três votos contra dos senhores Vereadores do MCPM e três votos a favor dos eleitos da CDU, com voto de qualidade do senhor Presidente.

Os senhores Vereadores eleitos pelo MCPM apresentaram a seguinte declaração de voto:

*O documento apresentado pelo PCP/CDU intitulado “Relatório e Contas de Gerência de 2004” caracteriza-se no essencial por :*

- *Uma análise da realidade nacional e europeia onde se apresentam as conhecidas teses do Partido Comunista, de natureza anti-europeísta e nacionalista em muitos aspectos semelhantes aos da direita mais reaccionária.*
- *A sobrevalorização e auto-elogio do trabalho dos autarcas da maioria comunista, na linha do comportamento que assumem.*
- *A descrição de um rol de problemas e dificuldades conhecidas da população portuguesa omitindo os avanços e melhorias indelmentáveis obtidas após o 25 de Abril e da integração europeia e não apresentando soluções credíveis.*
- *A apresentação com objectivos propagandísticos de uma auto-intitulada gestão municipal “democrática”, “aberta” e “participada”, quando é prática corrente na autarquia a gestão de grupo restrito, a falta de informação correcta e transparente sobre inúmeros assuntos públicos como se pode constatar pela leitura das diversas actas do presente mandato.*
- *O associativismo intermunicipal é promovido sobretudo com Câmaras Municipais comunistas, como por exemplo a GESAMB.*
- *O controlo político-partidário das Associações e da sociedade civil é em Montemor-o-Novo um facto, manifesta-se sobretudo pela colocação de autarcas e dirigentes municipais nos órgãos sociais associativos ( analise-se as listas) e a dependência do subsídio e apoio municipal exercido de forma não regulamentada e discricionária.*

*Os principais problemas do concelho continuam por resolver, do saneamento básico à acção social, da preservação do património ao desenvolvimento económico. Assim sendo não podem os Vereadores da CMMN eleitos pelo MCPM votar favoravelmente este documento.*

Os eleitos pela CDU apresentaram também a seguinte declaração de voto:

1.Os Eleitos CDU aprovaram o Relatório de Gestão e a Conta de Gerência de 2004 porque aqueles documentos traduzem sinteticamente a actividade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo naquele ano. No respeito pelo Programa que os Montemorenses sufragaram com o seu voto, foi prosseguida, no que da Câmara depende, uma estratégia de desenvolvimento do Concelho dirigida a toda a população e recusando servir interesses particulares ou de grupo. No terceiro ano consecutivo de recessão económica em resultado do aprofundamento da política de direita dos Governos PSD/CDS-PP – que conduziu à sua derrota e à convocação de eleições legislativas antecipadas – e, em consequência, do contínuo agravamento dos problemas económico-sociais da grande maioria dos Montemorenses, e tendo assumido atrasos, dificuldades e deficiências no trabalho, foi possível assegurar um elevado nível de concretização do proposto. Infelizmente, continuou praticamente paralisado o financiamento dos fundos comunitários/PORA o que impediu o início de importantes investimentos previstos. Além da já normal mas relevante actividade regular em todas as áreas, destaca-se, nomeadamente:

a) A denúncia das políticas nacionais e comunitárias que afectaram o concelho e a maioria da sua população e a exigência de políticas de desenvolvimento regional que garantam mais investimento, mais produção e mais emprego em Montemor e no Alentejo;

- b) O combate aos problemas sociais mais sentidos em Montemor como o desemprego, a falta de emprego para os jovens, a precariedade no trabalho, a situação dos reformados pensionistas e idosos, a toxicodependência, etc. que exigem novas políticas governamentais;
- c) Uma gestão municipal democrática, aberta e participada pelos cidadãos;
- d) A acção e o contributo para o desenvolvimento e a criação de emprego;
- c) A aplicação de políticas de ordenamento do território, urbanismo e ambiente viradas para a elevação da qualidade de vida já existente no nosso concelho;
- d) Um significativo desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo garantindo o acesso de todos à sua fruição;
- e) Uma importante acção social e apoio ao movimento associativo;
- f) Uma continuada atenção e reforço da protecção civil e da segurança;
- g) Uma empenhada participação no associativismo intermunicipal.

2.O Relatório de Gestão e a Conta de Gerência de 2004 incluíram outras acções relevantes das quais destacamos:

- a) As comemorações do 30º Aniversário do 25 de Abril, com o programa “Abril em Montemor / Caminhos de Liberdade, Justiça e Futuro” que registou grande adesão e participação activa das instituições e dos cidadãos;
- b) A realização do Congresso Alentejo XXI, o maior e mais participado de sempre, com importantes conclusões para o futuro da Região e no qual a Câmara desempenhou reconhecido papel determinante;
- c) O início da implementação de várias unidades económicas na ZIA;
- d) O funcionamento do Fundo de Apoio às Microempresas (FAME);
- e) A continuada implementação do Plano Distrital de Resíduos Sólidos para resolver o que falta na recolha selectiva e no tratamento dos lixos bem como a luta contra o boicote à candidatura do sistema inter-municipal para o abastecimento de água e tratamento de esgotos mantendo-os como serviços públicos e recusando a sua privatização (como defendem o MCPM e o PS) que penalizaria gravemente os cidadãos;
- f) O avanço do projecto de criação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares com a recuperação do Convento da Saudação e a zona adjacente do Castelo;
- g) As diligências para a aprovação pelo Governo da Alteração do PDM e da Revisão do PU da cidade que resolvem alguns dos constrangimentos ao desenvolvimento urbanístico da cidade e das freguesias rurais;
- h) A implementação de inovadores projectos de qualificação ambiental como o GAPS (Rede Natura 2000) e o REAGIR (reciclagem de entulhos) e o funcionamento do PIGS que visa a resolução do principal problema ambiental do Concelho: a poluição pelas suiniculturas; A recuperação de habitação degradada, a disponibilização de lotes municipais e a negociação para quebrar bloqueamentos à habitação;
- i) O funcionamento pleno com crescente adesão da Rede Social;
- j) O êxito do programa de descentralização negociada para as Juntas de Freguesia.

3. Em 2004, Montemor-o-Novo teve uma visibilidade que revela prestígio regional e nacional que o nosso Município vem ganhando em várias áreas de actividade.

4. Aos que, à discussão democrática e à procura de soluções para os reais problemas dos Montemorenses e do Concelho, preferem a demagogia, a pequena política, o acessório respondemos com serenidade e firmeza, com trabalho sério para a concretização dos compromissos que assumimos e cumprimos. Com os Montemorenses denunciámos as políticas governamentais que nos afectam, com os Montemorenses avançámos propostas para o desenvolvimento de Montemor e do Alentejo, com os Montemorenses implementámos programas, projectos e acções que vêm garantindo a contínua elevação da qualidade de vida e um Concelho melhor.

## **8. PROTECÇÃO CIVIL**

## **A) ACORDO ESPECÍFICO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

De novo no uso da palavra o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de acordo específico:

*1.º O Protocolo assinado entre o Município de Montemor-o-Novo e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, no dia 25 de Outubro de 2001, em que se reconhece o papel bastante positivo dentro do Concelho que a Associação tem assumido, no caso concreto em termos de Protecção Civil e combate a incêndios, e que é de todo o interesse garantir a manutenção e melhoria dos serviços prestados por esta Corporação,*

*2.º A deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal em 9 de Março de 2005, de aprovação de documento de “Medidas de Combate à Seca”, em que se refere no ponto 8.1.5 a aquisição de Cisterna de 30 000 litros destinada a água potável, a disponibilizar aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo,*

*3.º Que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo apresentou à Câmara Municipal uma proposta para a aquisição de uma Galera Cisterna de 30 000 litros em inox, no valor, sem IVA, de 27.500,00€ (vinte e sete mil e quinhentos euros),*

*É celebrado entre:*

**Primeiro Outorgante:** *Município de Montemor-o-Novo, com o cartão de pessoa colectiva n.º 506609553, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, portador do Bilhete de Identidade n.º 5085108, emitido em 22/05/2000, pelos Serviços de Identificação Civil de Évora e*

**Segundo Outorgante:** *Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, pessoa colectiva número 501321233, com sede no Largo Bento de Jesus Caraça, em Montemor-o-Novo, representada pelo seu Presidente da Direcção, Dr. Carlos Ricardo Gaudêncio Bucha, casado, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Bispo, Concelho de Montemor-o-Novo, portador do Bilhete de Identidade n.º 2049111, emitido em 23/02/2000, pelos Serviços de Identificação Civil de Évora,*

*O presente Acordo Específico que se regerá pelo princípio da boa fé, pelo Protocolo assinado em 25 de Outubro de 2001 entre os dois Outorgantes e pelas cláusulas seguintes:*

### **Cláusula 1.ª**

*O presente Acordo Específico tem em vista delimitar as condições perante as quais o Primeiro Outorgante adquire, por intermédio do Segundo Outorgante, uma Galera Cisterna de 30 000 litros, em inox.*

### **Cláusula 2.ª**

*Os pagamentos ao fornecedor do equipamento referido na Cláusula 1.ª serão efectuados directamente pelo Segundo Outorgante.*

### **Cláusula 3.ª**

*O Primeiro Outorgante atribui um subsídio extraordinário específico ao Segundo Outorgante no valor de aquisição do equipamento referido na Cláusula 1.ª, ou seja no valor, sem IVA, de 27.500,00€ (vinte e sete mil e quinhentos euros).*

### **Cláusula 4.ª**

*O subsídio extraordinário específico mencionado na Cláusula 3.ª do presente Acordo Específico surge enquadrado na Cláusula 4.ª do Protocolo assinado no dia 25 de Outubro de 2001 entre os dois Outorgantes, enquanto aquisição de equipamento.*

### **Cláusula 5.ª**

*O Primeiro Outorgante disponibiliza ao Segundo Outorgante a utilização do equipamento referido na Cláusula 1.ª*

**Deliberação:** A Câmara deliberou por unanimidade estabelecer um Acordo Específico com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo para aquisição de uma Galera Cisterna no valor de 27.500,00€.

## **9. PROJECTO DE ACTA Nº 6 DE 23 DE MARÇO DE 2005**

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referida acta foi aprovada

por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

## **10. ATENDIMENTO DE MUNICIPES**

No presente ponto da Ordem de Trabalhos compareceu a D. Otília Maria Gonçalves a qual informou que solicitou uma vistoria, a primeira deslocação ocorreu no dia 20 de Setembro de 2004 acabando por não ter sido levada a efeito a vistoria, posteriormente em nova deslocação em Outubro de 2004 a vistoria foi feita no entanto o relatório final deste trabalho não lhe foi enviado, documento que lhe é muito importante e necessário para enviar para Tribunal.

A munição informou ainda que se realizou uma reunião de condomínio e descreveu um pouco a situação da habitação contígua à sua.

Interveio a senhora Vereadora que solicitou o contacto da D. Otília e informou que averiguar o ponto da situação para lhe poder responder o mais rapidamente possível.

### Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo principal, a redigi e subscrevo.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

**A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA ESPECIALISTA,**